



ASSOCIAÇÃO
COMERCIAL
DO PORTO

Sumário Executivo

Assimetrias e Convergência Regional:

Implicações para a Descentralização e Desconcentração do Estado em Portugal

Trabalho realizado para a Associação Comercial do Porto

Fernando Alexandre (Coordenação), João Cerejeira, Miguel Portela, Miguel Rodrigues (com a colaboração de Hélder Costa)

Universidade do Minho

Novembro de 2018

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Professor Luís Valente de Oliveira o acompanhamento atento do estudo durante a sua conceção e realização, tendo as suas sugestões e comentários muito contribuído para alcançar os objetivos estabelecidos.

Ao autores agradecem à Associação Comercial do Porto, nas pessoas do seu Presidente Nuno Botelho e Vice-Presidente Álvaro Costa, o convite para realizar este estudo, bem como os comentários e sugestões que fizeram durante a sua realização.

Breve síntese

Neste estudo apresenta-se uma descrição das assimetrias, e da sua evolução, ao nível das regiões NUTS III, do PIB *per capita*, da população e suas qualificações e da especialização produtiva. Mostra-se que aquelas assimetrias entre regiões resultam em ciclos económicos assíncronos, criando a necessidade de políticas específicas que permitam às regiões proteger-se de choques, bem como desenvolver e implementar estratégias de crescimento próprias.

No período pós-crise financeira internacional de 2008, a divergência da economia nacional em relação aos países da UE coincidiu com uma significativa convergência regional. As regiões com maior rácio da dívida em relação ao seu PIB foram as que sofreram recessões mais graves e as que tiveram recuperações mais lentas. Por outro lado, as regiões com maior peso das exportações no seu PIB foram as que apresentaram um melhor desempenho económico durante a crise e no período de recuperação que se seguiu. Neste período, 2008-2016, a região da AM Lisboa apresentou o pior desempenho e a região do Ave foi a que mais cresceu.

A centralização da despesa pública na Administração Central e a forte concentração de serviços públicos na capital do país não favoreceram a resiliência das regiões a choques económicos, nem a implementação de estratégias de desenvolvimento adequadas às especificidades das regiões.

Breve síntese

Os resultados deste estudo mostram que as regiões que dispõem de mais receitas próprias tiveram um melhor desempenho durante a crise económica e na fase de recuperação. Sugere-se assim o aumento das receitas próprias das autarquias, transferindo receita do governo central para os municípios, de modo a não aumentar a carga fiscal do país.

A elevada concentração dos serviços do Estado na região de Lisboa favorece a elevada centralização das vendas ao Estado por empresas dessa região. O facto, como se mostra neste estudo, de as entidades da Administração Central apresentarem menos eficiência na contratação pública favorece também o argumento da desconcentração de serviços para outras regiões do território, bem como a revisão do enquadramento legal dos procedimentos de contratação pública, de modo a favorecer uma distribuição geográfica mais equilibrada do fornecimento de bens e serviços ao Estado.

Dado o impacto económico dos serviços do Estado na economia dos territórios, os novos serviços a serem criados devem ser localizados fora da AM Lisboa. Por outro lado, deve proceder-se a um plano a 10 anos para a deslocalização das Entidades Reguladoras, bem como entidades como a Provedoria da Justiça, o Tribunal de Contas, o Tribunal Constitucional e outras entidades que do ponto de vista funcional não beneficiam da sua localização na capital do país.

Breve síntese

Sugerem-se também alterações no funcionamento de entidades como a AICEP, que devem melhorar a sua articulação com as entidades locais, e introduzir na sua orgânica um ‘Conselho das Regiões’, de forma a melhor promover as condições de competitividade de todos os territórios e, bem assim, da economia nacional.

As condições específicas de competitividade das regiões devem ser consideradas nas políticas de qualificação dos trabalhadores e no financiamento da economia.

Nota: Nestes slides apresenta-se uma breve síntese do estudo. No início de cada secção o leitor encontrará um link para os capítulos do estudo, que dará acesso ao texto na íntegra.

Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
6. Propostas de políticas públicas

Índice

- 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações**
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
6. Propostas de políticas públicas

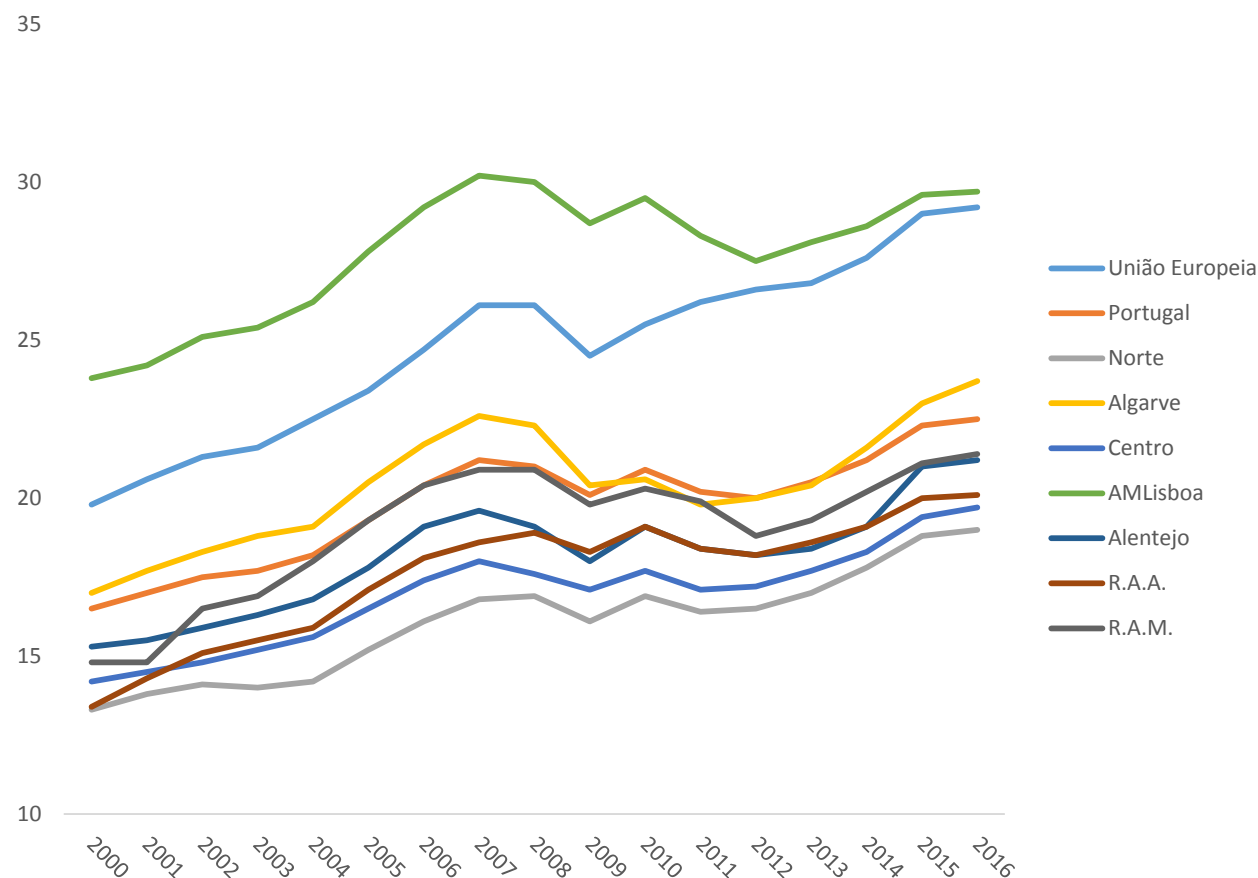
1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Objetivos

- Descrever a evolução das principais variáveis económicas com relevância para a competitividade das regiões ao nível NUTS II e NUTS III, dando-se especial atenção à população e às suas qualificações.
- Avaliar a evolução da convergência agregada face à EU-28 e a convergência regional da economia portuguesa.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

PIB per capita PPS (milhares de euros)



2000:

PIB *pc* português 83% da UE-28

PIB *pc* da AM Lisboa 120% da UE-28

2008:

PIB *pc* português 81% da UE-28

PIB *pc* da AM Lisboa 115% da UE-28

2016:

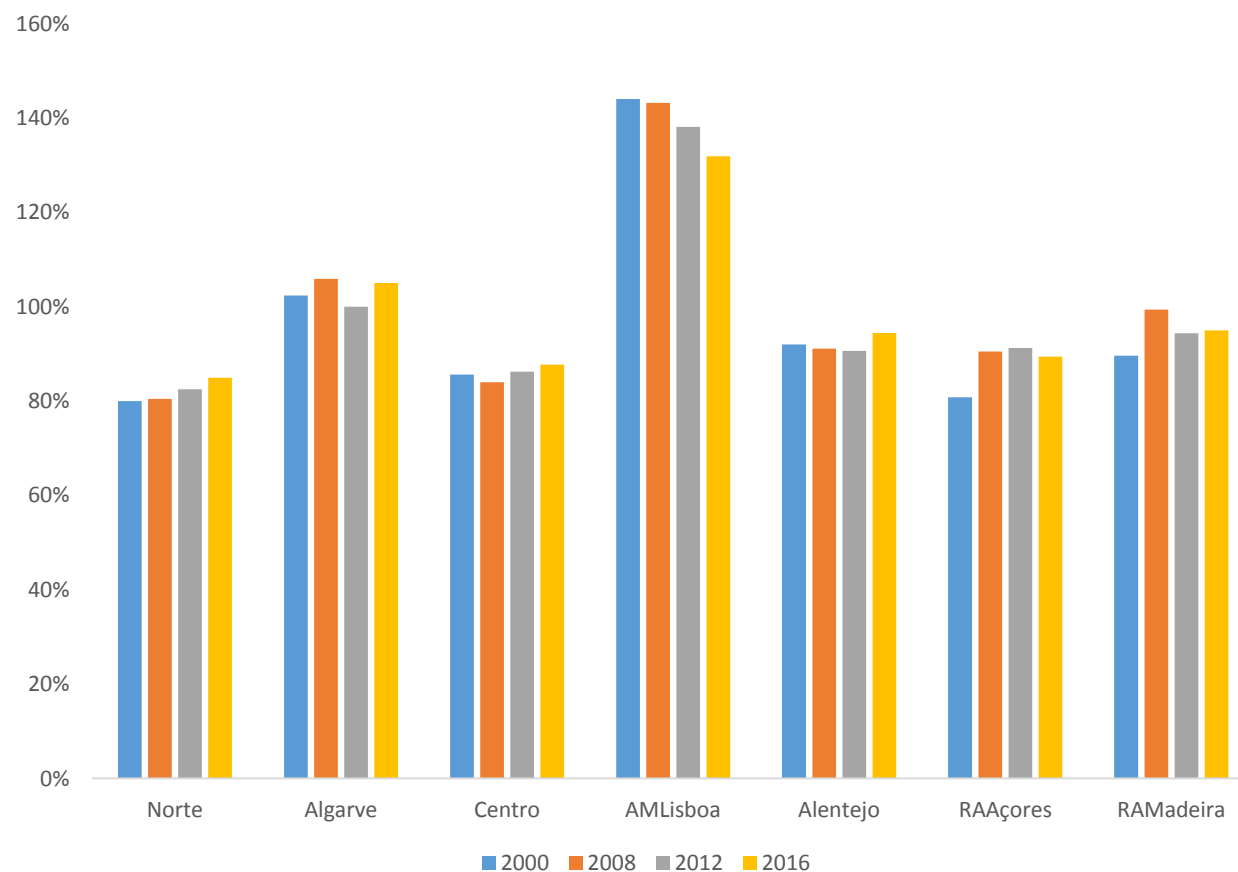
PIB *pc* português 77% da UE-28

PIB *pc* da AM Lisboa 102% da UE-28

Nos anos 2000 registou-se uma divergência da economia portuguesa em relação à UE-28, que se acentuou com a crise financeira internacional e a crise da Zona do Euro.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Percentagem do PIB *per capita* das regiões NUTs II (Portugal = 100)



Algarve e AM Lisboa têm PIB *pc* superior à média nacional.

PIB *pc* da AM Lisboa cai de 144% do PIB *pc* nacional, em 2000, para 132%, em 2016

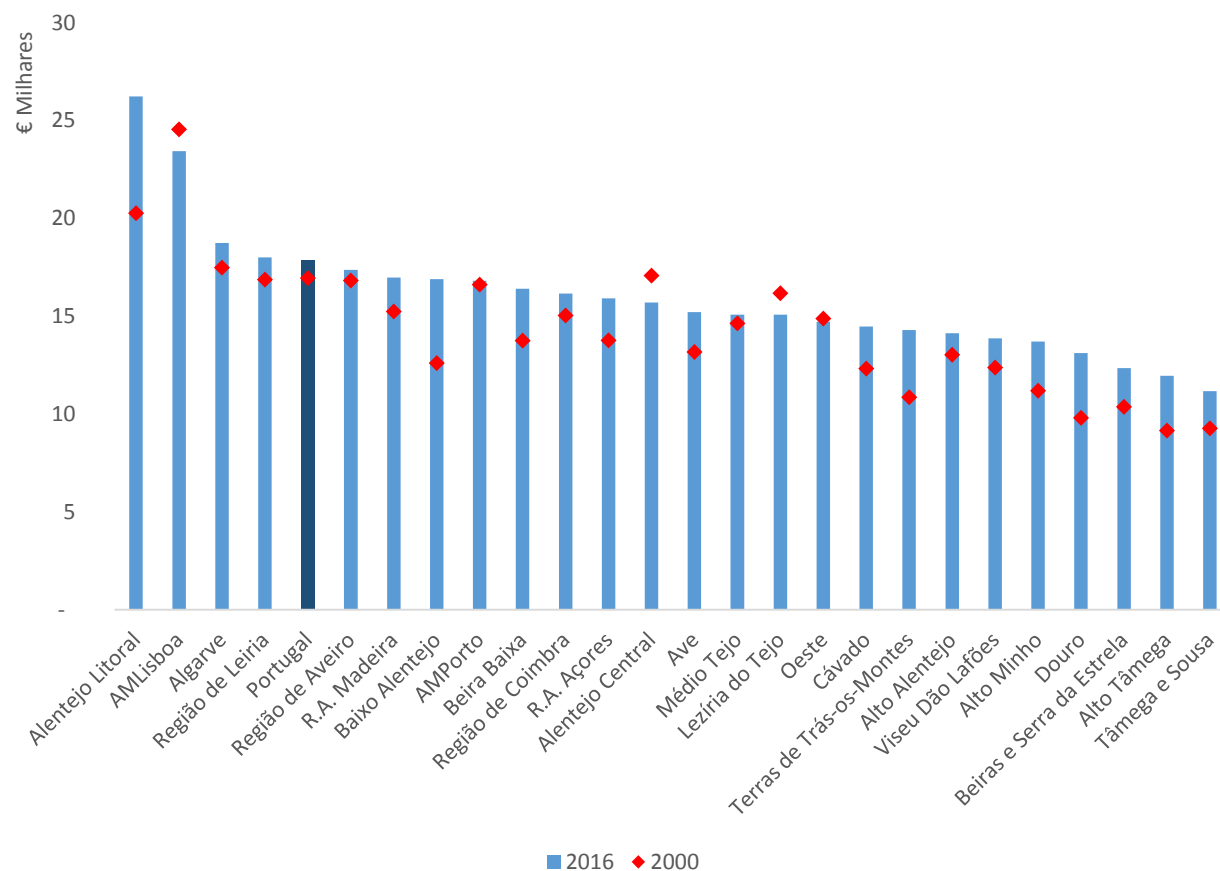
No período 2000-2016, região Norte apresenta o PIB *pc* mais baixo face à média nacional.

Entre 2008 e 2016, as regiões Norte, Centro e Alentejo aumentaram o seu PIB *pc*, para 85%, 88% e 94% do PIB *pc* nacional.

A recessão, no seguimento da crise financeira internacional de 2008, e a recuperação que se seguiu, fizeram-se sentir de forma muito desigual nas diferentes regiões.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

PIB per capita, regiões NUTS III, 2000 e 2016 (preços de 2015)



2016:

Alentejo Litoral tem o PIB *pc* mais elevado, €26 k, 46% superior ao PIB *pc* nacional (€18 k), ultrapassando a AM Lisboa, sendo 135% superior ao do Tâmega e Sousa (região com PIB *pc* mais baixo)

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Taxas de crescimento do PIB *pc*, regiões NUTS III (preços de 2015)

Recessão pós-crise internacional muito severa (-12% do PIB *pc* entre 2008 e 2012) e recuperação insuficiente até 2016 para recuperar valores de 2008 (-2%).

Crescimento muito desigual das regiões NUTS III na recessão 2008-2012 e na recuperação 2012-2016.

Na recessão, 2008-2012, destacam-se pela negativa: Alentejo Litoral (-17%), Algarve (-17%), Madeira (-16%) e AM Lisboa (-15%)

Na expansão, 2012-2016, destacam-se pela positiva: Alentejo Litoral (+29%), Ave (20%), Alto Alentejo e Terras de Trás Os Montes (+18%), Beiras e S. Estrela (+17%), Algarve (16%), Cávado e Aveiro (+15), Alto Minho, Douro e Leiria (+14%)

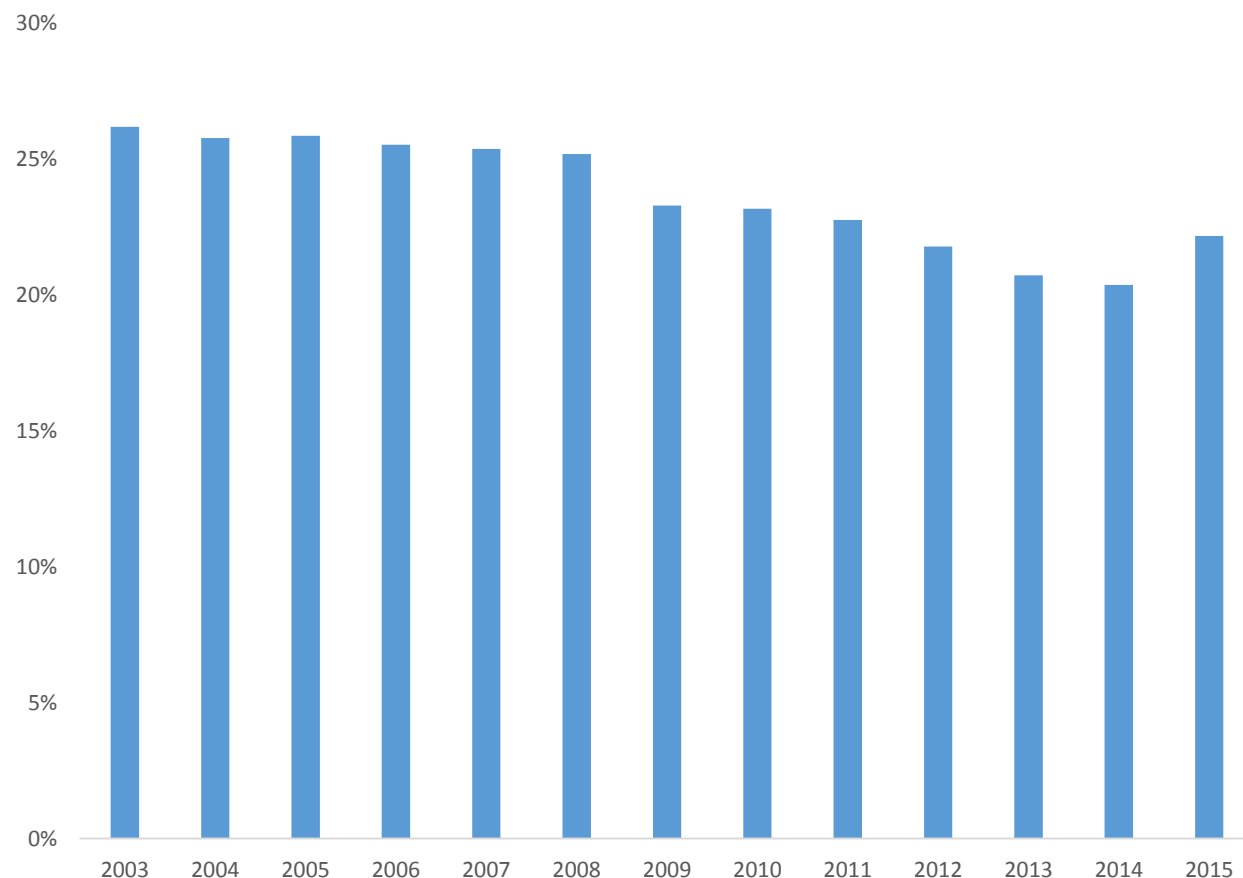
Em 2016, 4 regiões tinham um PIB *pc* inferior ao de 2000: AM Lisboa (-5%), Alentejo Central (-8%), Lezíria do Tejo (-7%) e Oeste (-1%).

Em 2016, 7 regiões tinham um PIB *pc* inferior ao de 2008, destacando-se AM Lisboa (-10%).

NUTs III	Taxa de crescimento 2000-2016	Taxa de crescimento 2008-2012	Taxa de crescimento 2012-2016	Taxa de crescimento 2008-2016
Portugal	5%	-12%	11%	-2%
Baixo Alentejo	34%	0%	9%	9%
Douro	34%	-2%	14%	12%
Terras de Trás-os-Montes	32%	-9%	18%	7%
Alto Tâmega	31%	-5%	10%	4%
Alentejo Litoral	29%	-17%	29%	7%
Alto Minho	22%	-2%	14%	11%
Tâmega e Sousa	21%	-6%	14%	7%
Beira Baixa	19%	4%	4%	9%
Beiras e Serra da Estrela	19%	-6%	17%	10%
Cávado	17%	-9%	15%	5%
RAAçores	16%	-11%	8%	-3%
Ave	15%	-4%	20%	15%
Viseu Dão Lafões	12%	-9%	10%	1%
RAMadeira	11%	-16%	12%	-6%
Alto Alentejo	8%	-11%	18%	5%
Região de Coimbra	7%	-9%	11%	1%
Algarve	7%	-17%	16%	-3%
Região de Leiria	7%	-11%	14%	1%
Região de Aveiro	3%	-10%	15%	3%
Médio Tejo	3%	-9%	11%	1%
AMPorto	1%	-12%	12%	-2%
Oeste	-1%	-12%	12%	-2%
AMLisboa	-5%	-15%	5%	-10%
Lezíria do Tejo	-7%	-15%	10%	-6%
Alentejo Central	-8%	-11%	12%	0%

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Coeficiente de variação, PIB das regiões NUTS III, 2003-2015



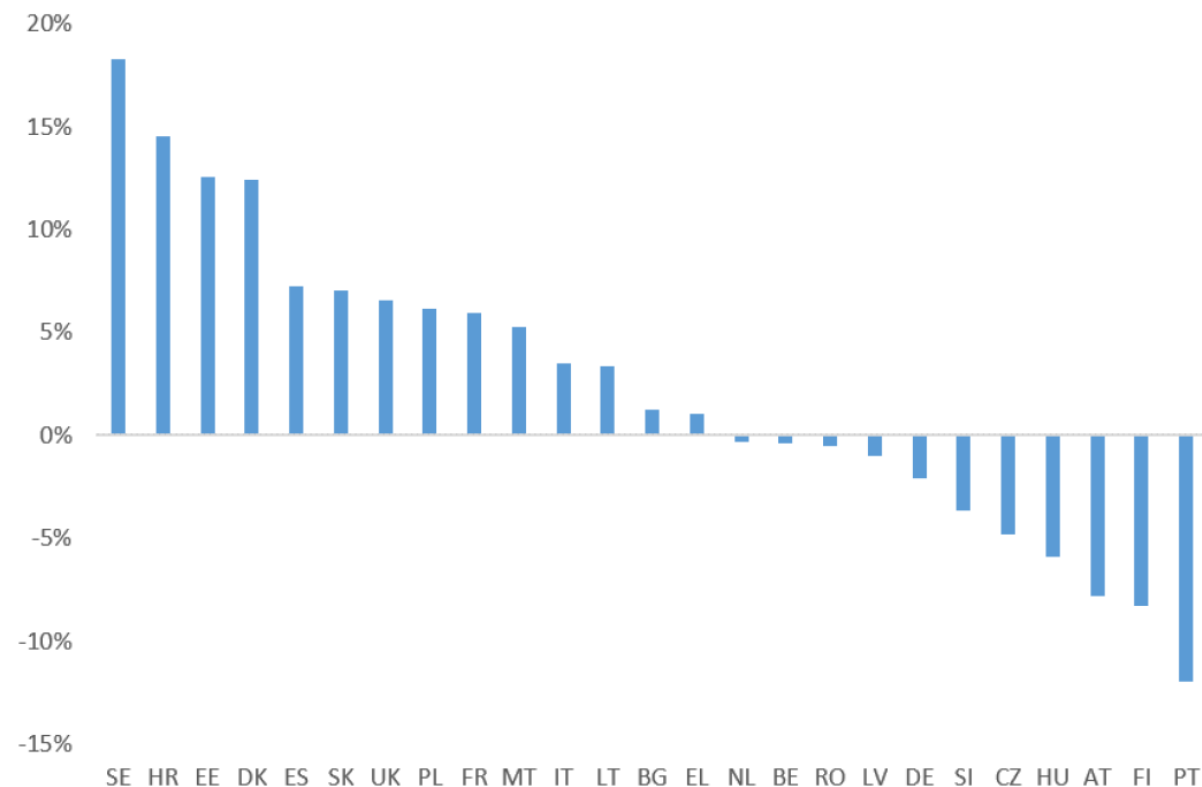
O desempenho económico muito diverso na recessão 2008-2012 e na expansão 2012-2016 refletiu-se numa redução da desigualdade regional em termos de PIB.

A redução da desigualdade regional entre 2008 e 2015 resultou numa redução de 12% do coeficiente de variação.

O desempenho económico das regiões é importante porque a região ou cidade onde se nasce ou onde se vive é um fator cada vez mais relevante para a determinação do nível de rendimento individual – mais importante do que o CV de acordo com Enrico Moretti.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Coeficiente de variação, PIB das regiões NUTS III, EU-25, 2008-2015



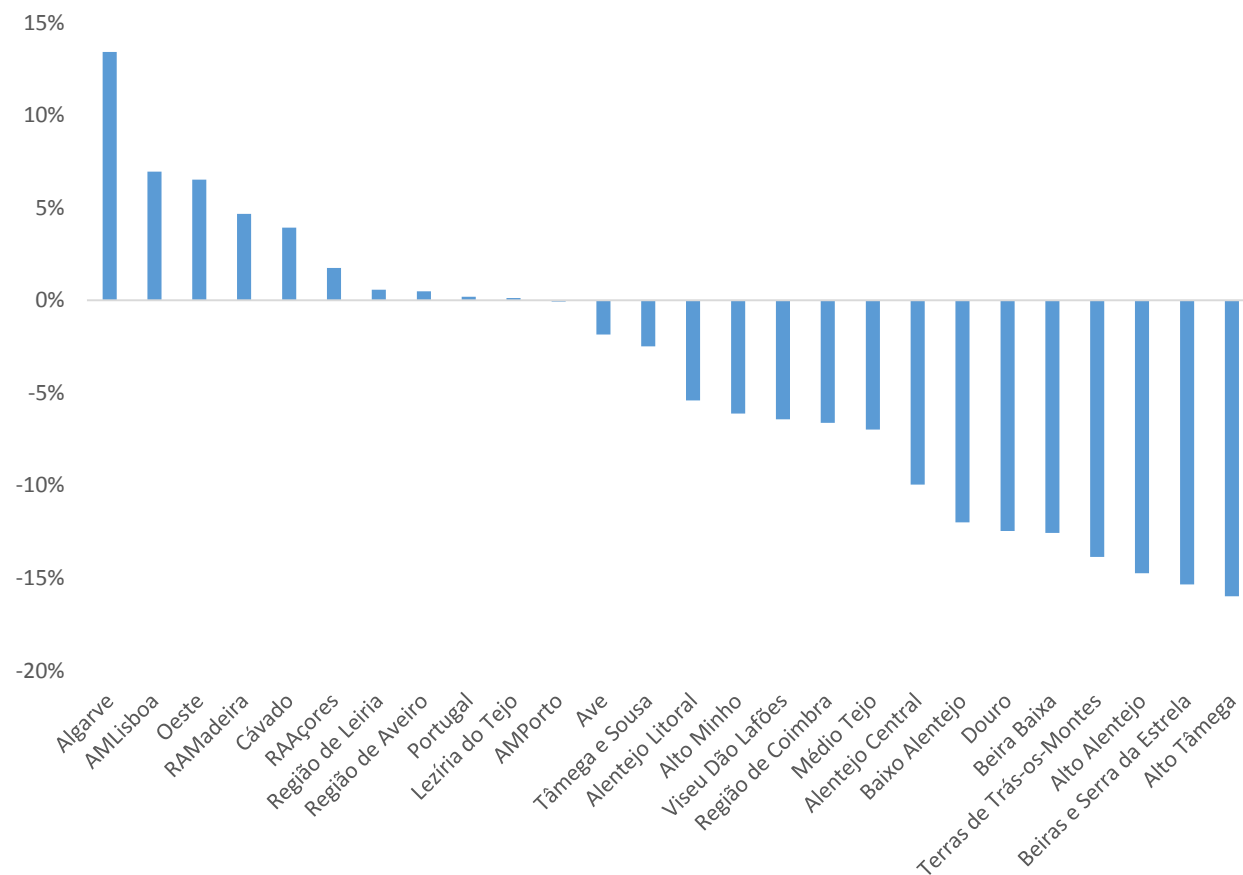
Entre 2008 e 2015, a desigualdade regional aumentou em 14 de 25 países da UE-25, manteve-se estável em 3, e diminuiu em 8 países.

Portugal destaca-se como o país que registou maior redução da desigualdade regional ao nível do PIB (-12% em termos do coeficiente de variação) dos 25 países da EU-25.

A divergência do PIB nacional em relação à UE coincidiu com uma significativa convergência económica a nível regional.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Variação da população, NUTS III, 2000-2016



Entre 2000 e 2016 a variação da população portuguesa foi praticamente nula (+1%).

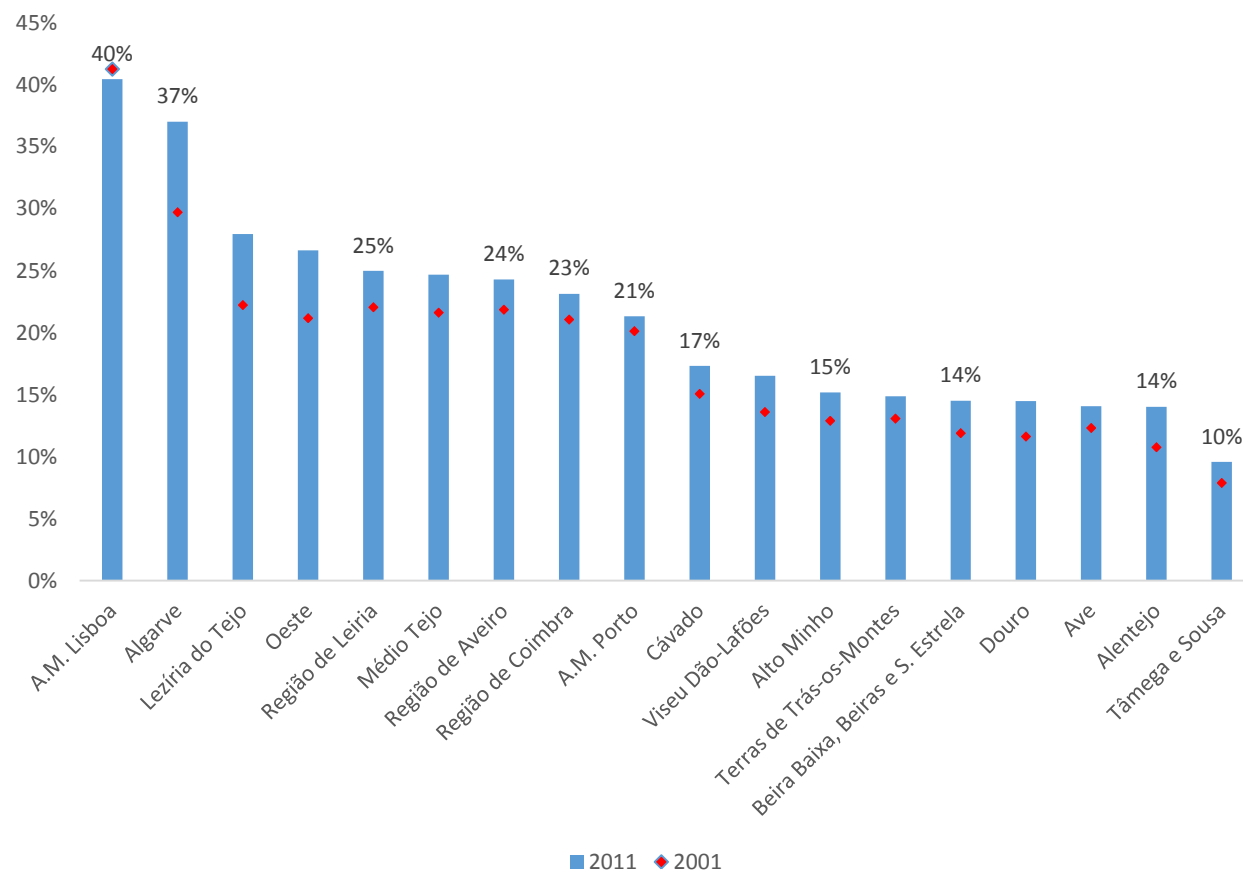
Registou-se grande variabilidade na população das regiões:

Algarve (+15%), AMLisboa e Oeste (+7%), Cávado (+4%);

Alto Tâmega (-17%), Beiras e Serra da Estrela e Alto Alentejo (-15%).

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Percentagem de residentes naturais de outra região, 2001 e 2011



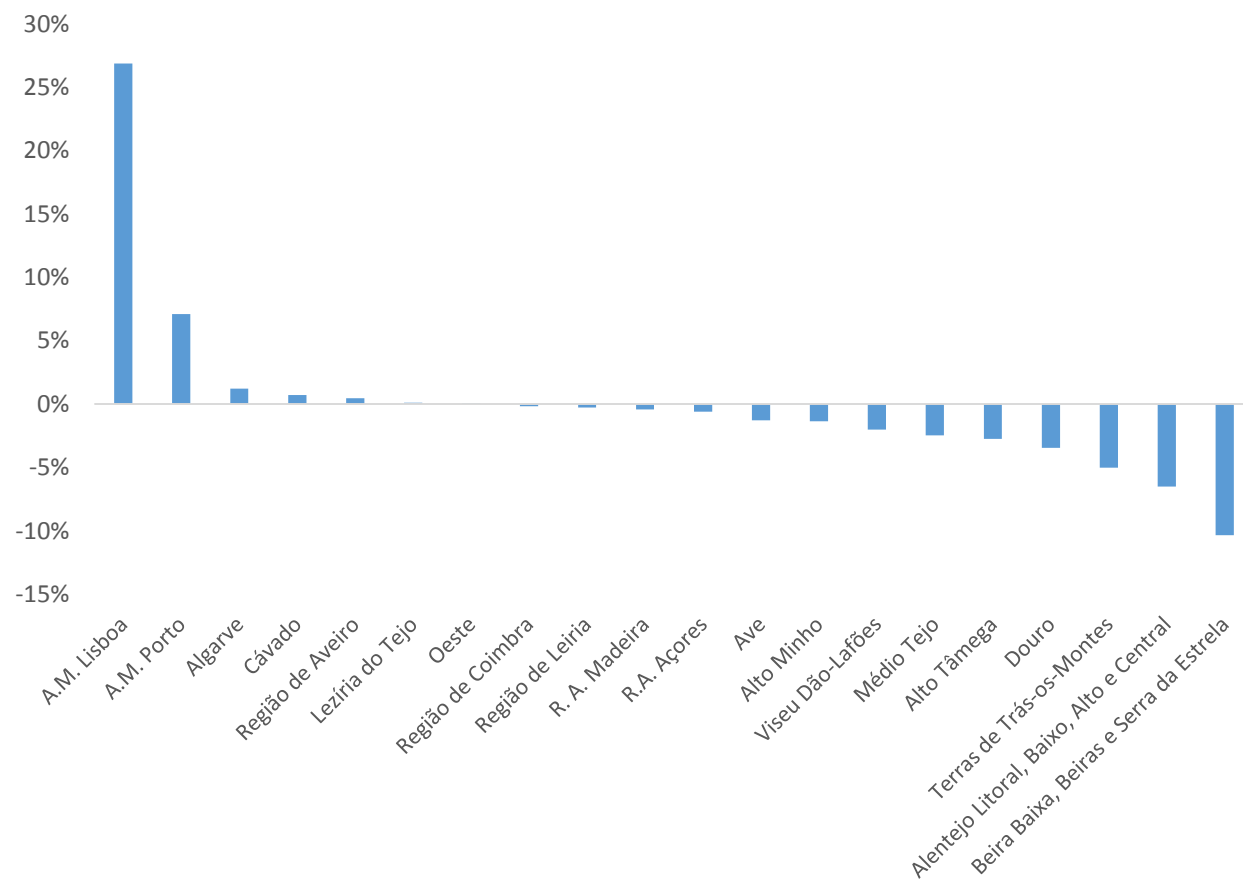
A capacidade de atração de recursos humanos é muito variável entre regiões.

AM Lisboa tem a percentagem mais elevada de população proveniente de outras regiões (40%), seguindo-se o Algarve (37%).

A capacidade das regiões atraírem recursos humanos qualificados é uma dimensão cada vez mais relevante da sua competitividade.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Percentagem da população diplomada que mudou de região entre 2001 e 2011, recebida por cada região



Nos movimentos de trabalhadores têm especial importância os qualificados.

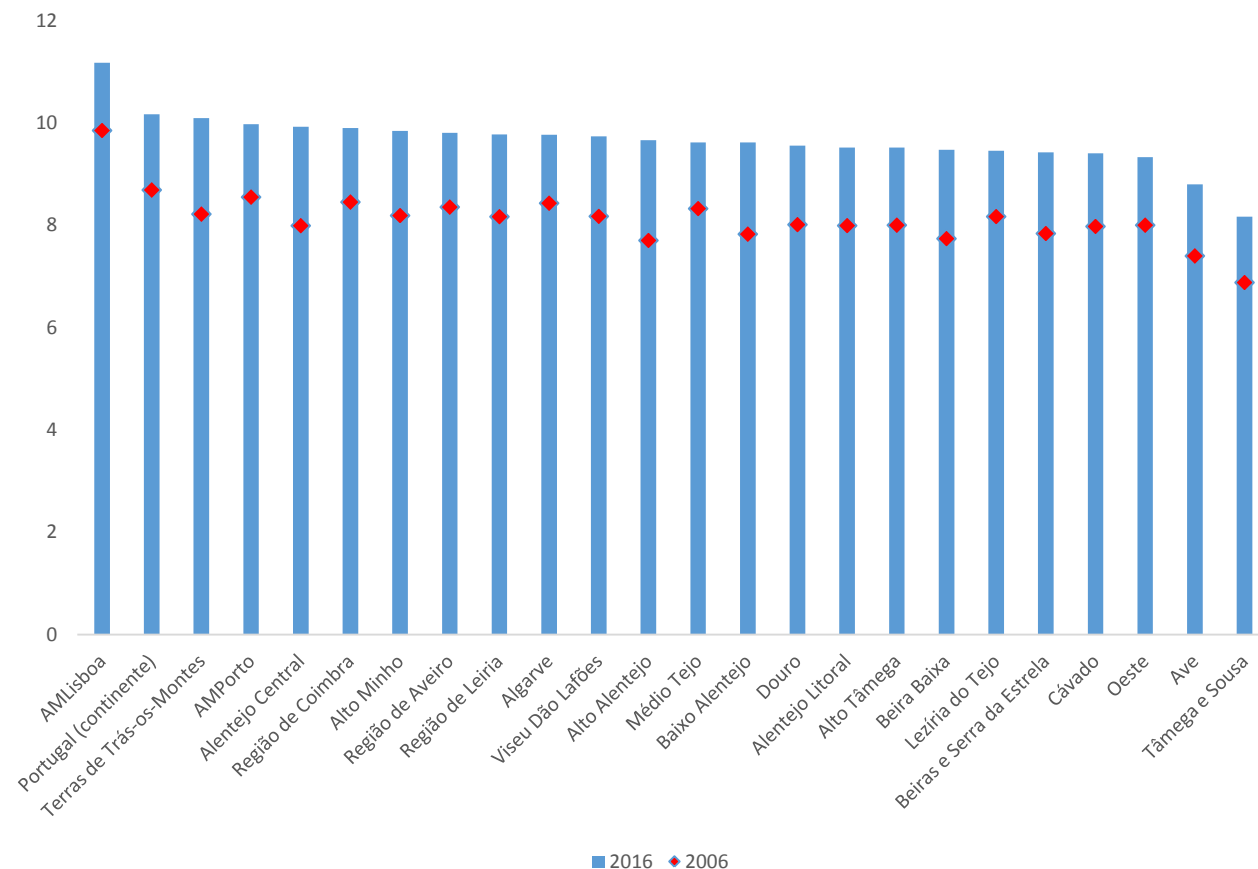
Entre 2001 e 2011, nos movimentos de diplomados entre regiões, 4 regiões registaram ganhos, 9 tiveram saída semelhantes às entradas e 10 registaram saídas superiores às entradas.

As regiões da AM Lisboa (27%) e a AM Porto (7%) tiveram o maior ganho líquido de entradas e saídas.

As regiões da AM Lisboa e da AM Porto revelam uma grande capacidade de atração de recursos humanos qualificados das outras regiões portuguesas (que vêm por essa via o seu potencial produtivo diminuído).

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Escolaridade média dos trabalhadores, 2006 e 2016



Em 2016, a escolaridade média dos trabalhadores portugueses era 10,2 anos (8,8 em 2006).

AM Lisboa tem escolaridade dos trabalhadores mais elevada: 11,2 anos em 2016 (9,9 anos em 2006).

Tâmega e Sousa (8,2 anos) e Ave (8,8 anos) têm a escolaridade média mais baixa.

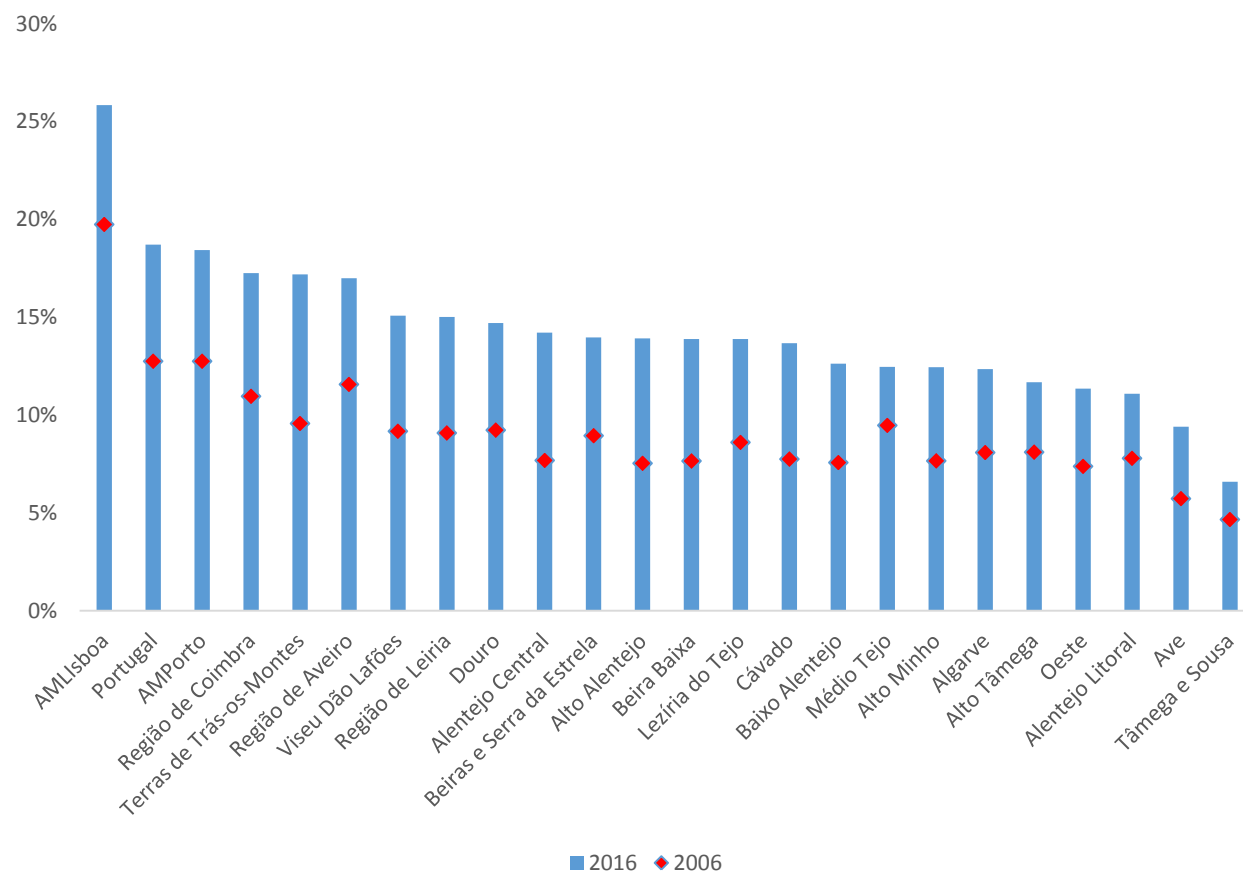
As desigualdades regionais em termos de escolaridade refletem-se em desigualdades de rendimento e põem em causa a igualdade de oportunidades.

Tâmega e Sousa e Ave parecem pertencer a outro país. . A escolaridade média destas sub-regiões é inferior à de países como Colômbia, Irão, Botswana,...

As regiões dos Açores, Madeira e Norte são as regiões NUT2 com menor percentagem diplomados com o ensino secundário completo ou superior da UE28.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Percentagem de trabalhadores diplomados, sector empresarial, 2006 e 2016



Em 2016, a percentagem de trabalhadores diplomados em Portugal era 19% (13% em 2006).

Na AM Lisboa, em 2016, 26% dos trabalhadores eram diplomados (20% em 2006).

Na AM Porto, em 2016, 18% dos trabalhadores eram diplomados (13% em 2006).

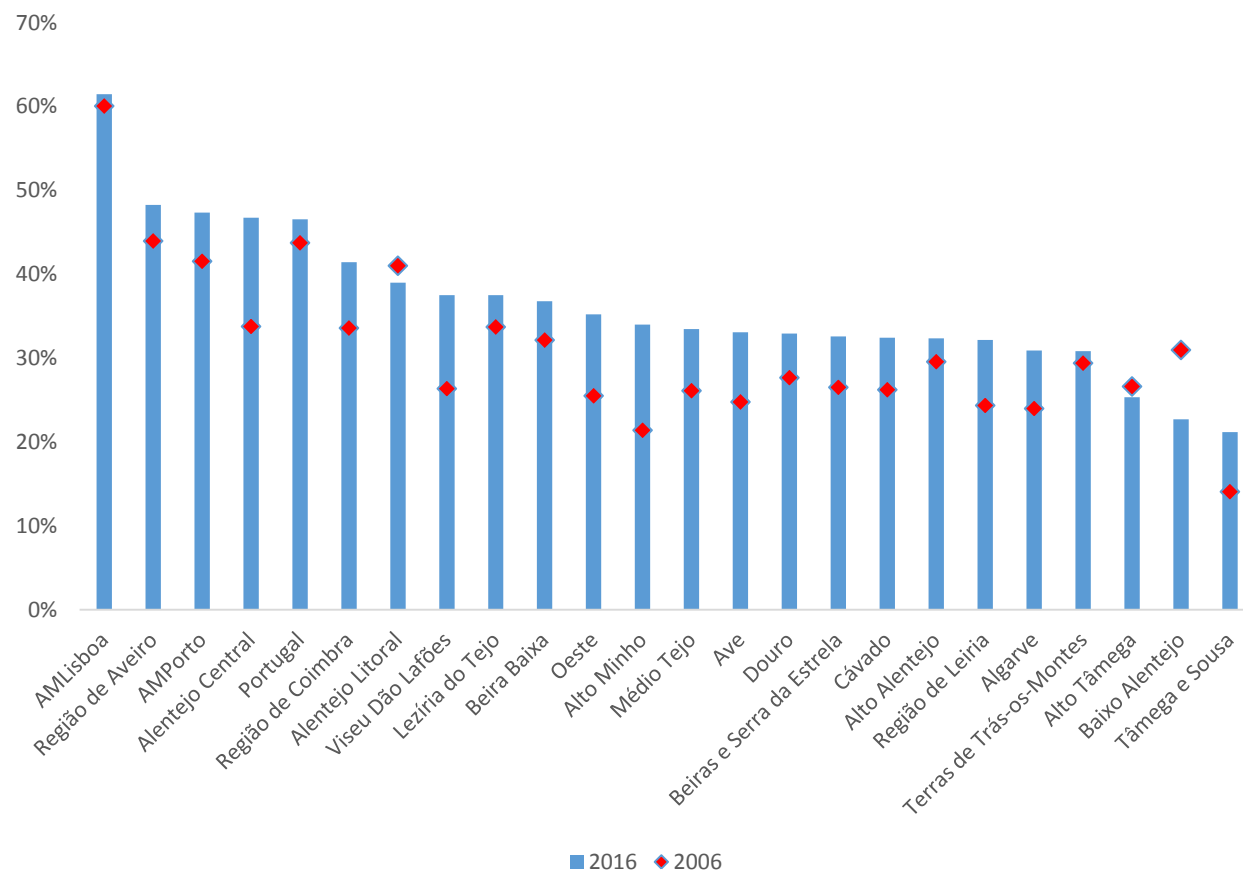
Tâmega e Sousa (8,8%) e Ave (8,2%) têm as percentagens de trabalhadores diplomados mais baixas.

A globalização e as mudanças tecnológicas têm aumentado a importância dos trabalhadores qualificados na competitividade dos territórios.

Entre os diplomados ganham importância as áreas CTEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Na região do Ave, região industrial e exportadora, apenas 3% dos trabalhadores eram diplomados nessas áreas, o que pode pôr em causa a sua competitividade no futuro.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Percentagem de gestores diplomados, 2006 e 2016



Em 2016, a percentagem de gestores diplomados em Portugal era 47% (44% em 2006).

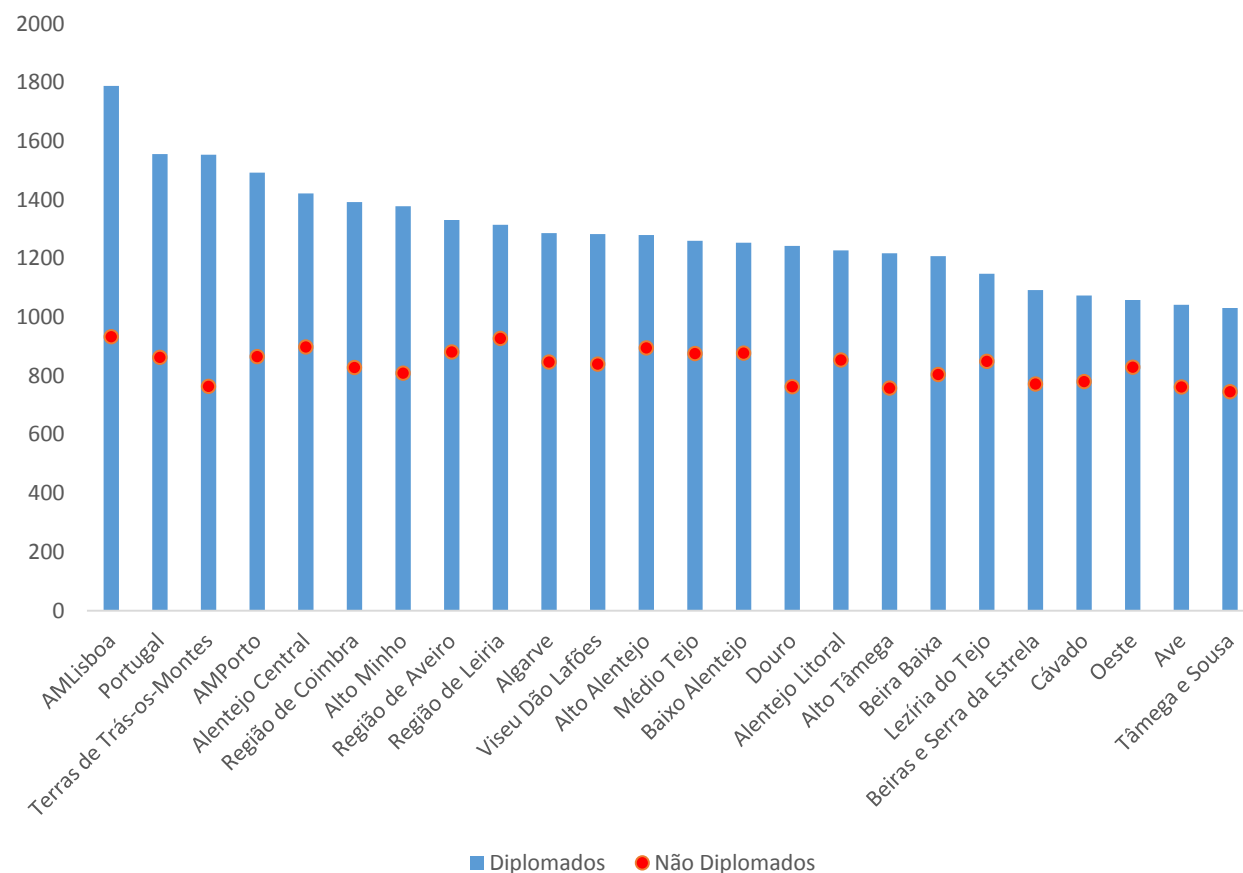
Em 2016, na AM Lisboa 60% dos gestores eram diplomados, em Aveiro 48% e na AM Porto (47%).

Tâmega e Sousa (21%) tem a percentagem de gestores diplomados mais baixa.

A qualidade da gestão é essencial para aproveitar o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Salários medianos de trabalhadores diplomados e não diplomados, 2016



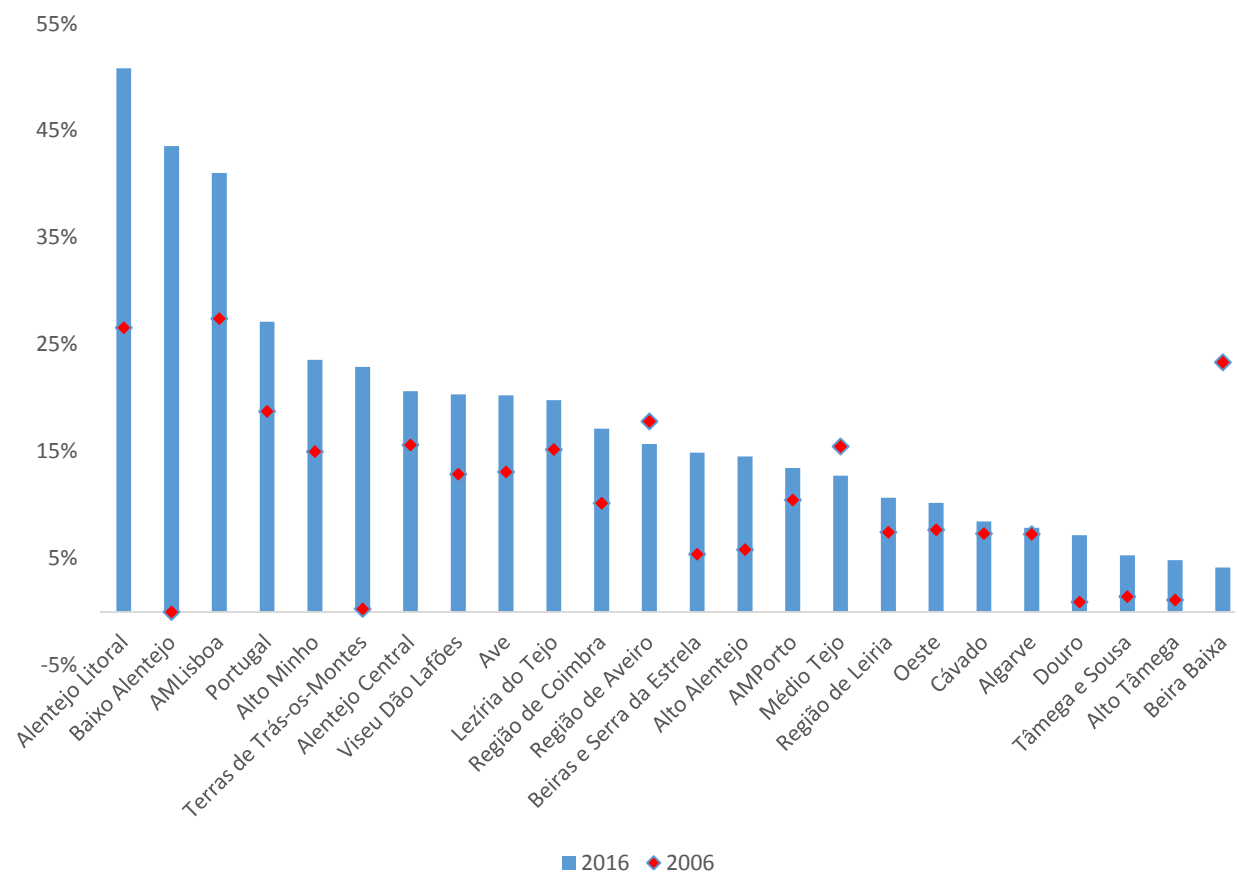
A globalização e as mudanças tecnológicas têm beneficiado os trabalhadores qualificados em detrimento dos trabalhadores com baixas qualificações.

Em Portugal, o salário mediano dos trabalhadores diplomados é mais do dobro (+103%) do salário dos trabalhadores não diplomados.

A AM Lisboa tem a maior diferença (+106%) e Leiria a menor (+58%) entre os salários de diplomados e não diplomados.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Percentagem do VAB em empresas com capital estrangeiro, NUTS III, 2006 e 2016



Para além da atração de capital humano, a atração de capital estrangeiro, isto é IDE, reflete, por um lado, as condições de competitividade de uma economia e, por outro lado, afeta a sua competitividade futura.

A importância crescente das Grandes Cadeias de Valor Globais na economia mundial tem acentuado a competição internacional pela atração de IDE.

Também ao nível regional a competição por IDE tem aumentado, com algumas cidades a criarem agências de investimento local.

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Conclusões

- No século XXI a economia portuguesa como um todo divergiu da UE-28.
- Esta divergência, em particular a partir de 2008, coincidiu com um processo de convergência regional em termos de PIB *per capita*, tendo sido Portugal o país da UE-28 que mais convergiu ao nível das regiões NUTS III.
- Essa convergência no PIB *per capita* coincidiu com a concentração da população, em particular da mais qualificada, nas regiões mais ricas.
- Apesar do aumento da escolaridade em todas as regiões, persistem desigualdades significativas na escolaridade entre regiões, o que põe em causa a igualdade de oportunidades dos portugueses.
- O capital estrangeiro tornou-se mais importante nos últimos 10 anos, mas a capacidade de atração foi muito diferenciada entre regiões.

Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
- 2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais**
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
6. Propostas de políticas públicas

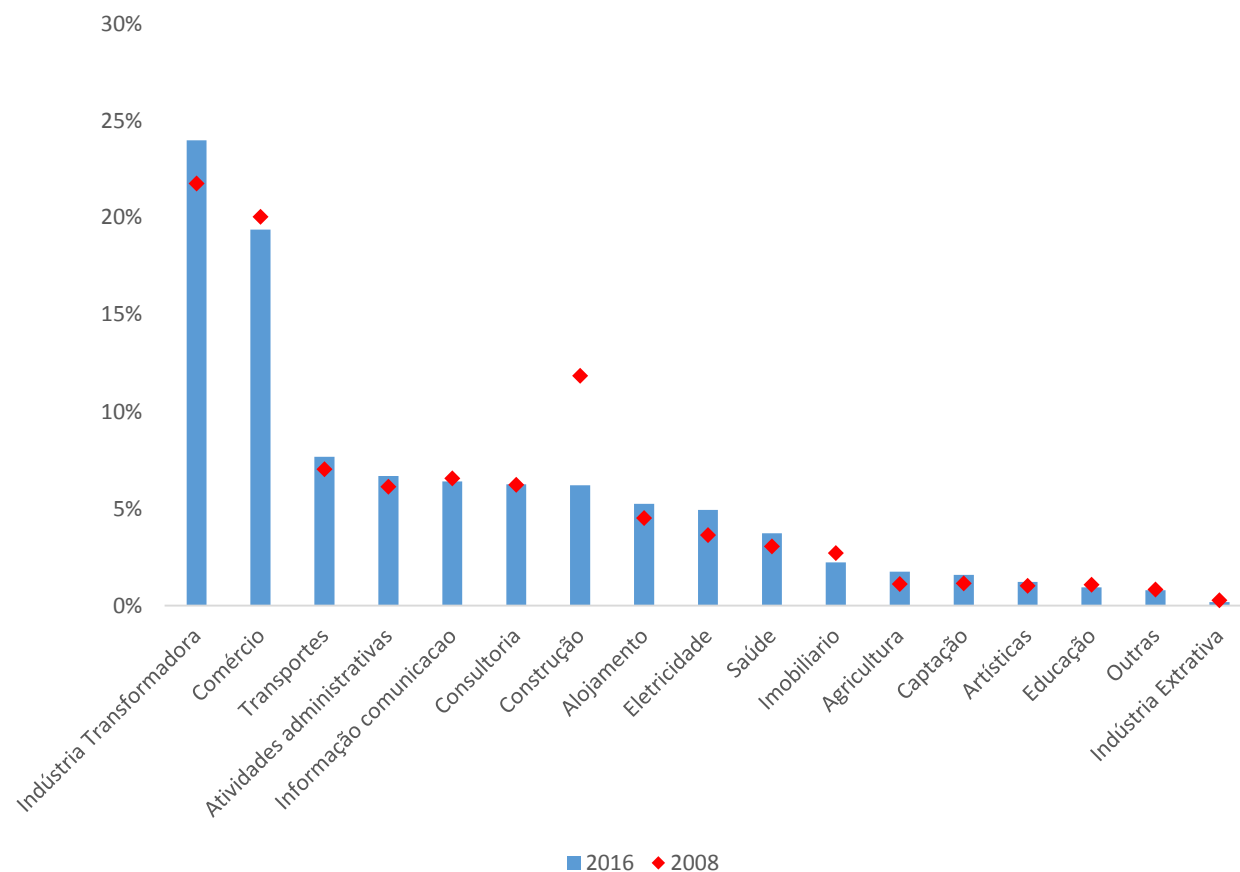
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais

Objetivos

- Descrever a estrutura produtiva das diferentes regiões, avaliando as diferenças de especialização entre elas.
- Descrever a alteração na estrutura sectorial da economia portuguesa.
- Avaliar o nível de sincronização dos ciclos económicos das diferentes regiões.

2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais

Peso do VAB das empresas nos principais sectores de atividade, Portugal, 2008 e 2016



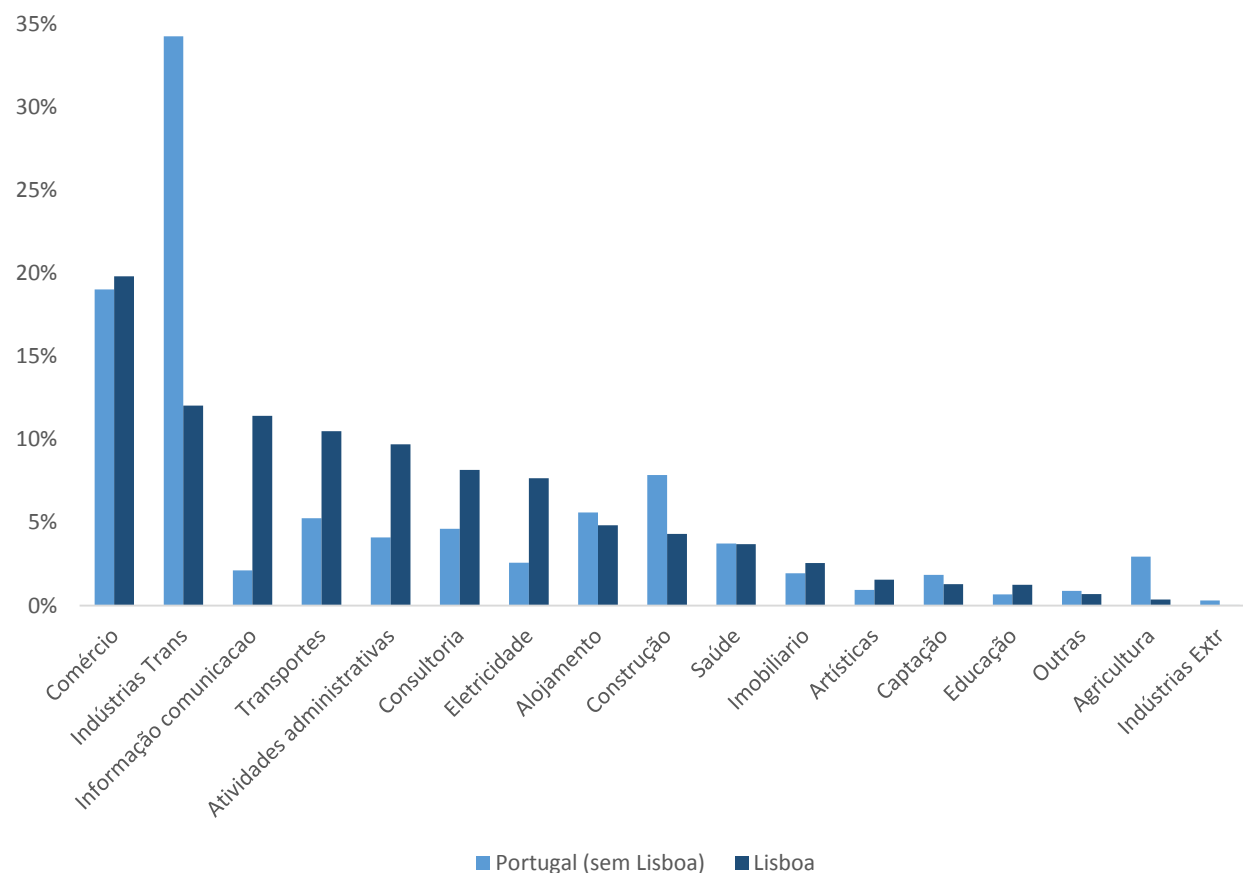
A Indústria Transformadora é o sector de atividade mais importante: 24% do VAB total em 2016 (22% em 2008).

Comércio (19% em 2008 e 2016) e Construção (12% em 2008 e 6% em 2016) perderam importância desde o início da crise financeira internacional.

As estruturas sectoriais das regiões portuguesas são muito diversas.

2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais

Estrutura sectorial, peso no VAB, da região da AM Lisboa *versus* Resto do País, 2016



As economias da região da AM Lisboa e do Resto país são muito diferentes.

Indústria Transformadora:
12 % AM Lisboa vs. 34% Resto do País.

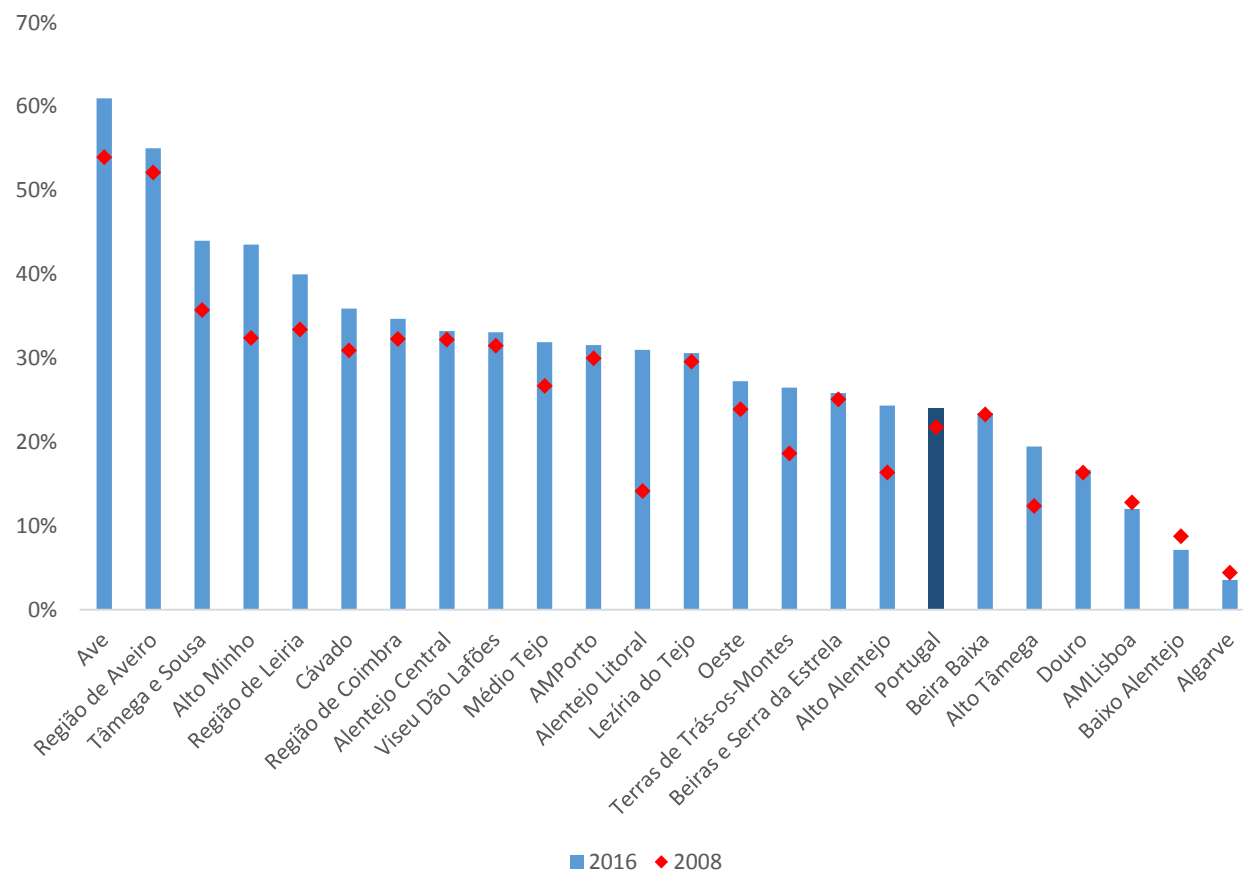
Informação e Comunicação:
11% AM Lisboa vs. 2% Resto do País

Atividades Administrativas:
10% AM Lisboa vs. 4% Resto do País

Dado o peso da AM Lisboa na economia nacional e a elevada concentração do poder político nessa região, há o risco das políticas do Governo Central estarem mais focadas nas condições da atividade económica nessa região.

2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais

Peso da Indústria Transformadora no VAB total da região NUTS III, 2008 e 2016



Entre 2008 e 2016, apenas 4 regiões reduziram o peso da Indústria Transformadora.

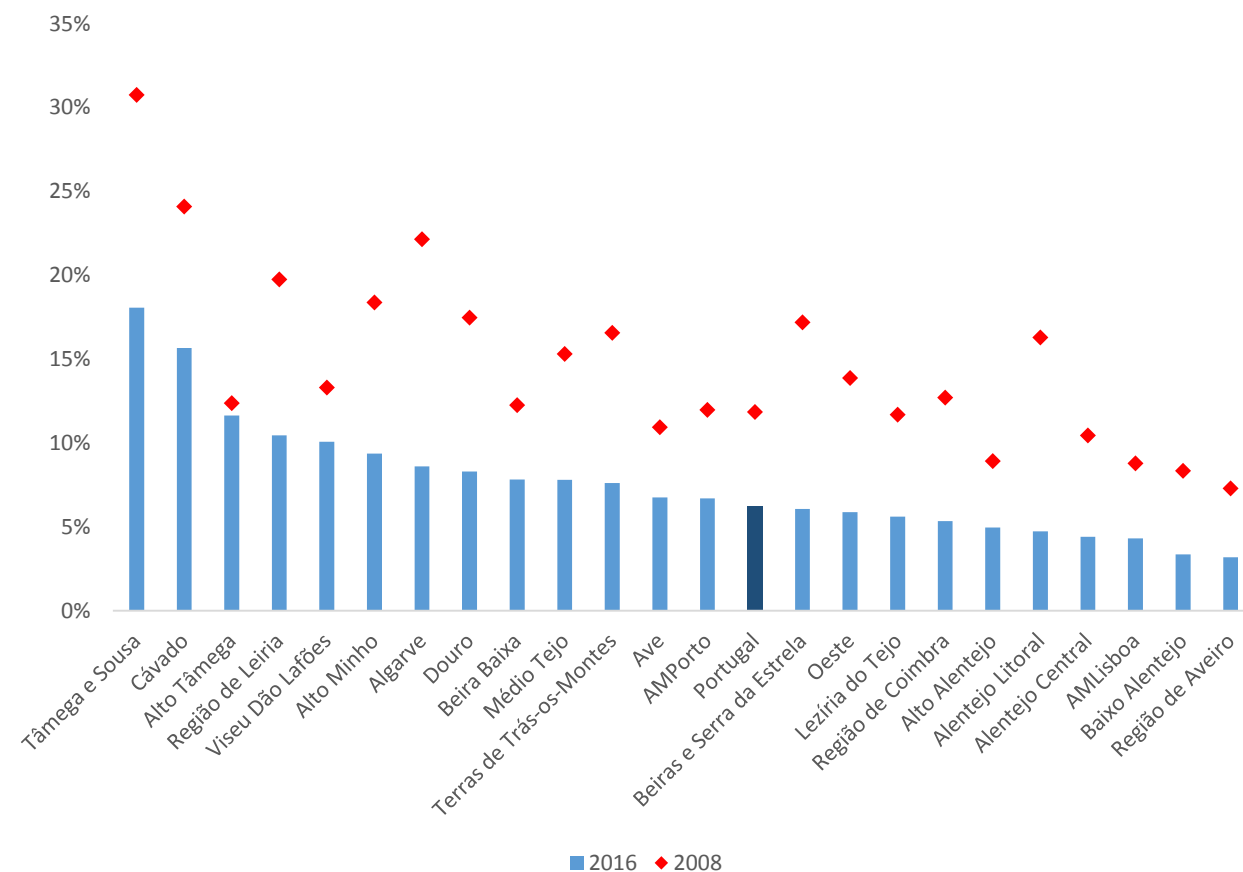
Ave e Aveiro destacam-se com um peso da Ind. Transf. no VAB total superior a 50%.

Tâmega e Sousa, Alto Minho e Leiria registaram os maiores aumentos do peso da Ind. Trans. no VAB total, que em 2016 ultrapassava em todas elas os 40%.

O aumento do peso da Ind. Transf. é muito relevante pela sua vocação exportadora e pela capacidade de arrastamento sobre o resto da economia.

2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais

Peso da Construção no VAB total da região NUT III, 2008 e 2016



O sector da Construção está em queda desde o início dos anos 2000.

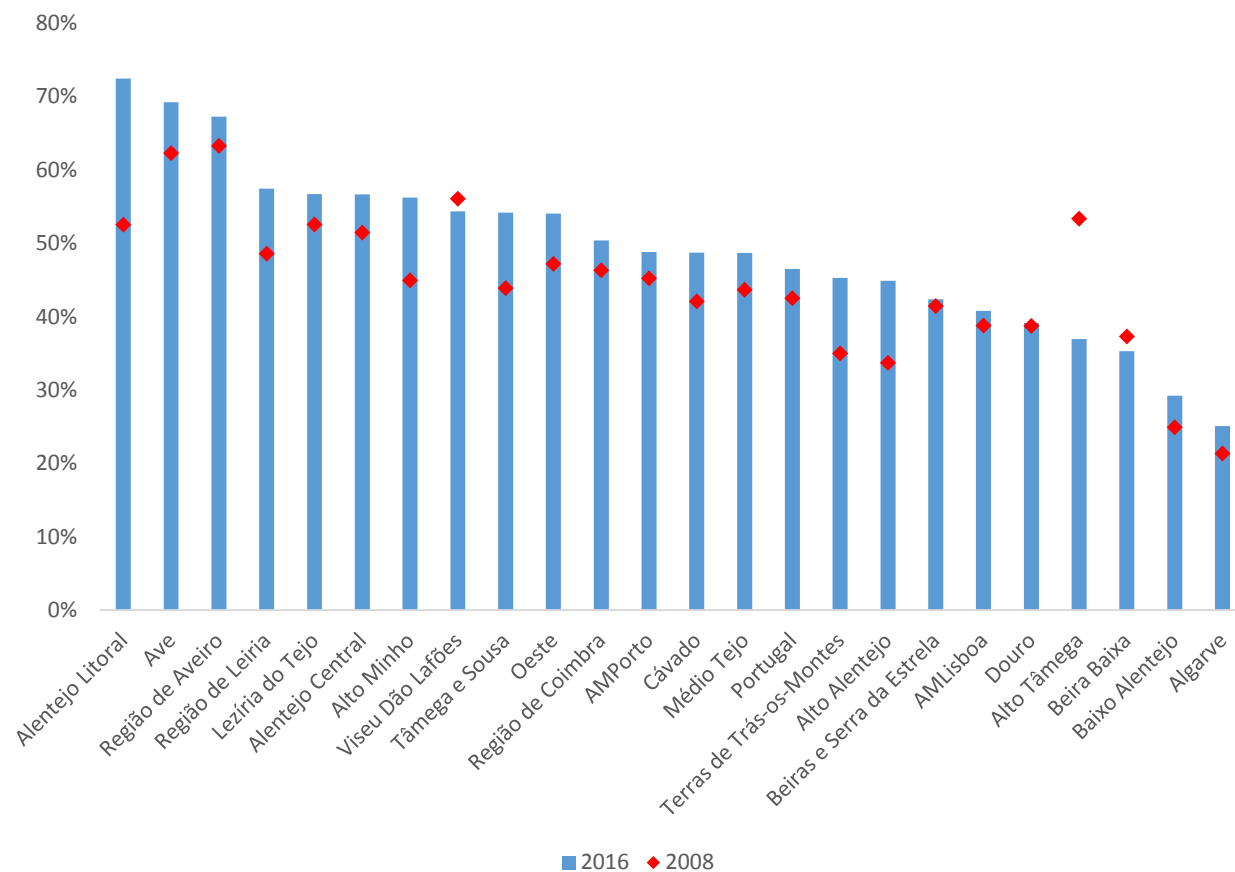
Entre 2008 e 2016, o peso no VAB total da economia caiu de 12% para 6%.

A queda do peso da construção registou-se em todas as regiões.

Apesar da forte queda, Tâmega e Sousa (de 31% em 2008 para 18% em 2016) e Cávado (de 24% em 2008 para 16% em 2016) são as regiões com maior peso da Construção.

2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais

Peso do VAB dos sectores transacionáveis no VAB total das NUTS III, 2008 e 2016



Em termos de peso no VAB nacional, entre 2008 e 2016, os sectores transacionáveis aumentaram de 43% para 47%, tendo-se registado em quase todas as regiões.

Alentejo Litoral (72%), Ave (69%) e Aveiro (67%) são as regiões com maior peso dos sectores transacionáveis.

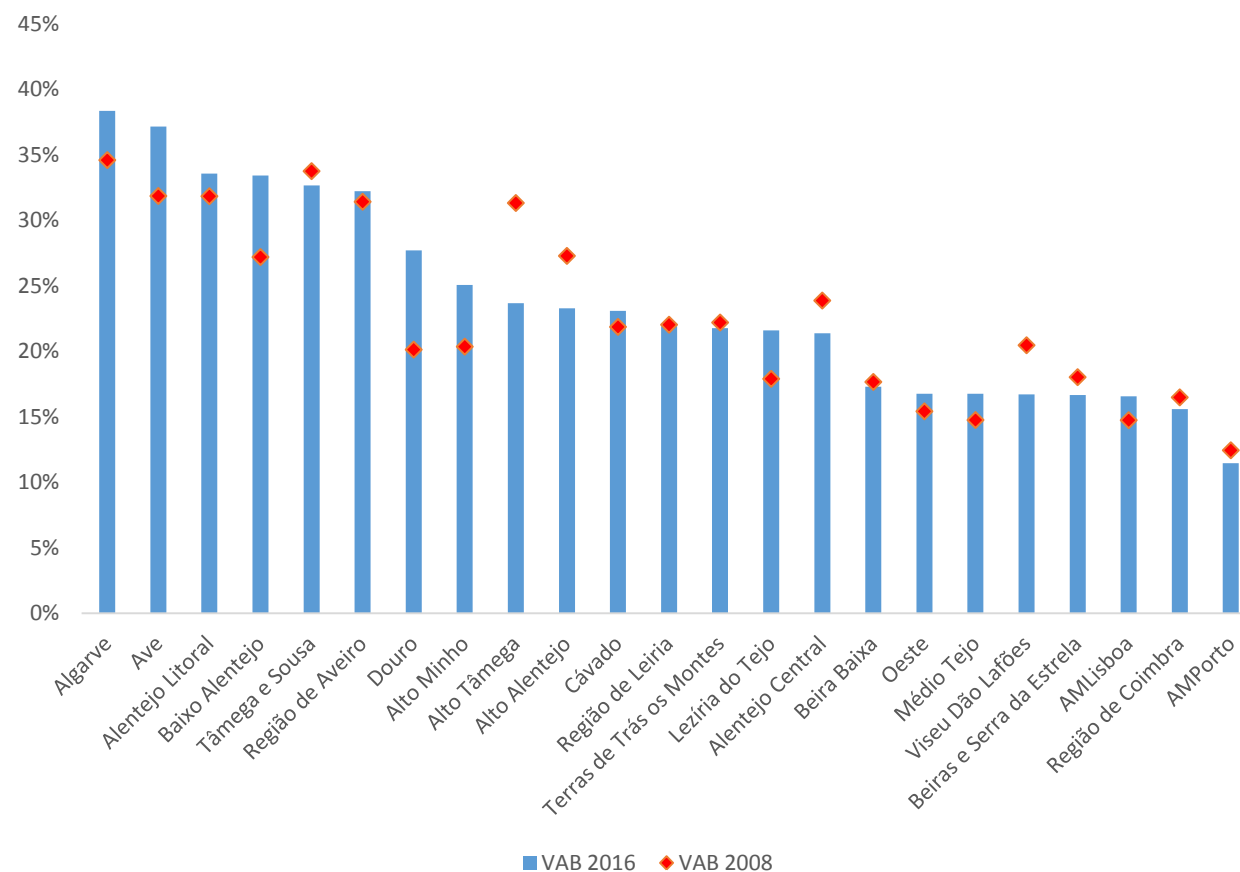
O regime de baixo crescimento do séc. XXI tem sido associado ao elevado peso dos sectores não transacionáveis.

Numa economia muito endividada e em contração demográfica, o crescimento terá de passar por um aumento das vendas ao exterior.

Nota: os sectores transacionáveis são definidos como os sectores de atividade em que o peso das exportações no total dos recursos do sector é superior a 15%. Nesta classificação não se inclui o turismo.

2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais

Coeficiente de especialização, VAB empresas, NUTS III, 2008 e 2016



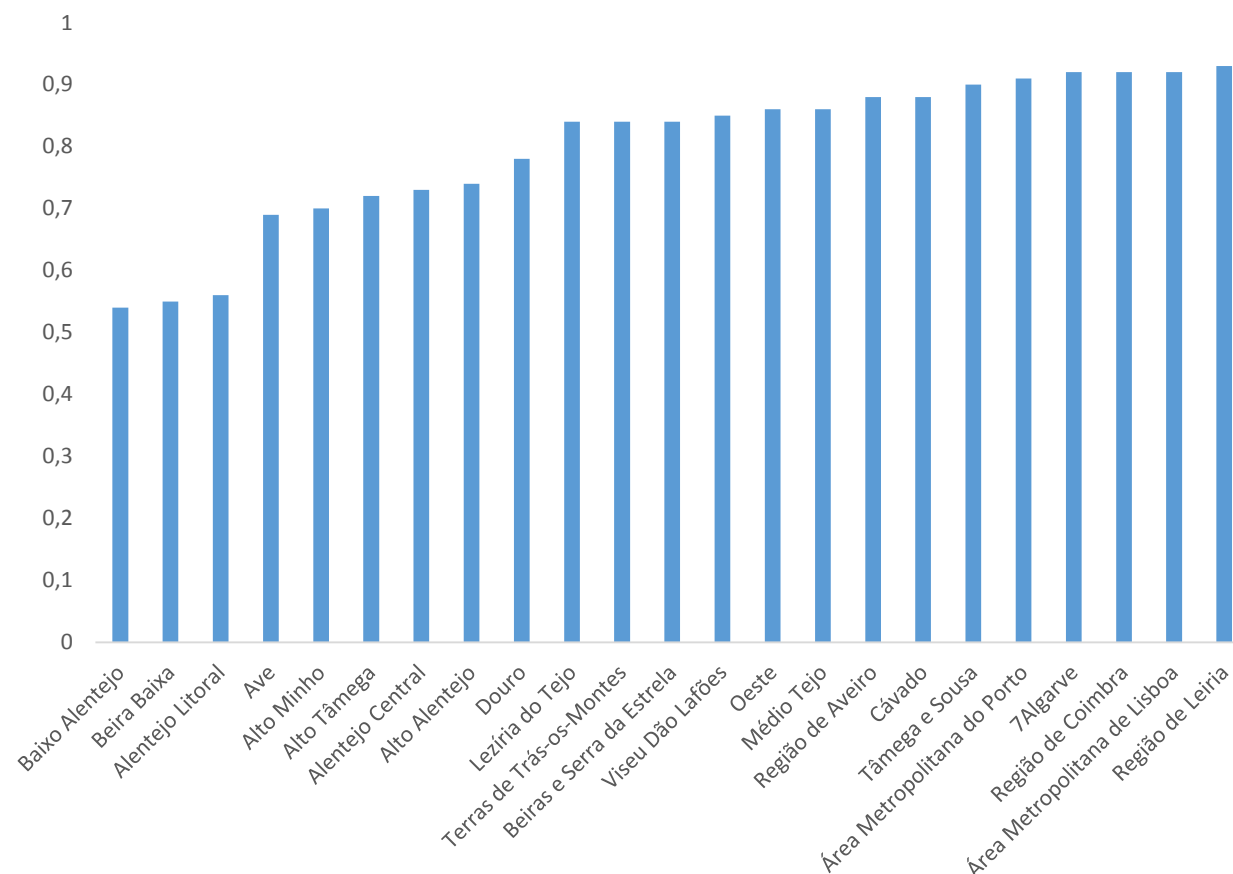
Algarve, Ave, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Tâmega e Sousa e Aveiro são as regiões com uma estrutura produtiva mais especializada em relação à economia nacional.

AM Porto, Coimbra e AM Lisboa têm as estruturas produtivas mais semelhantes à economia nacional.

Nota: o coeficiente de especialização mede o afastamento da estrutura produtiva da região em relação à estrutura produtiva nacional. Os valores mais elevados representam uma estrutura mais idiossincrática.

2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais

Correlação entre a taxa de crescimento de cada Região e o Resto do País



As políticas nacionais podem beneficiar ou prejudicar a economia das regiões em resultado da sincronização do seu ciclo económico com a economia nacional.

Há vantagem em desenhar políticas específicas para as regiões dessincronizadas do ciclo económico nacional.

Leiria, AM Lisboa e AM Porto têm um ciclo económico muito alinhado com o nacional.

Baixo Alentejo, Beira Litoral, Alentejo Litoral, Ave, Alto Minho têm um ciclo económico muito desfasado do nacional.

Nota: As correlações entre a taxa de crescimento das regiões NUTS III e a taxa de crescimento da economia nacional (subtraindo o PIB da região ao PIB nacional) são uma medida de sincronização de cada região com o resto do país.

2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais

Conclusões

- As regiões portuguesas apresentam especializações produtivas muito diversas, destacando-se a elevada especialização das regiões do Algarve e do Ave.
- Na última décadas, o peso da indústria transformadora aumentou e o peso da construção diminuiu de forma muito significativa, refletindo o processo de transformação estrutural em curso.
- O peso dos sectores transacionáveis no VAB aumentou na economia nacional e em quase todas as regiões.
- A região da AM Lisboa, que representa cerca de 40% do PIB do país, tem uma estrutura produtiva muito diferente das outras regiões.
- As diferenças de especialização resultam em ciclos económicos regionais assíncronos, criando a necessidade de políticas específicas que permitam às regiões proteger-se de choques, bem como desenvolver e implementar estratégias de crescimento próprias.

Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
- 3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços**
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
6. Propostas de políticas públicas

3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

Objetivos

- Avaliar a presença das entidades públicas no território nacional.
- Analisar a distribuição regional da entidades públicas da Administração Central e Local.
- Analisar a distribuição regional das empresas que fornecem as entidades públicas, distinguindo entre as entidades da Administração Central e Local.
- Avaliar a eficiência da contratação pública por entidades da Administração Central e da Administração Local.

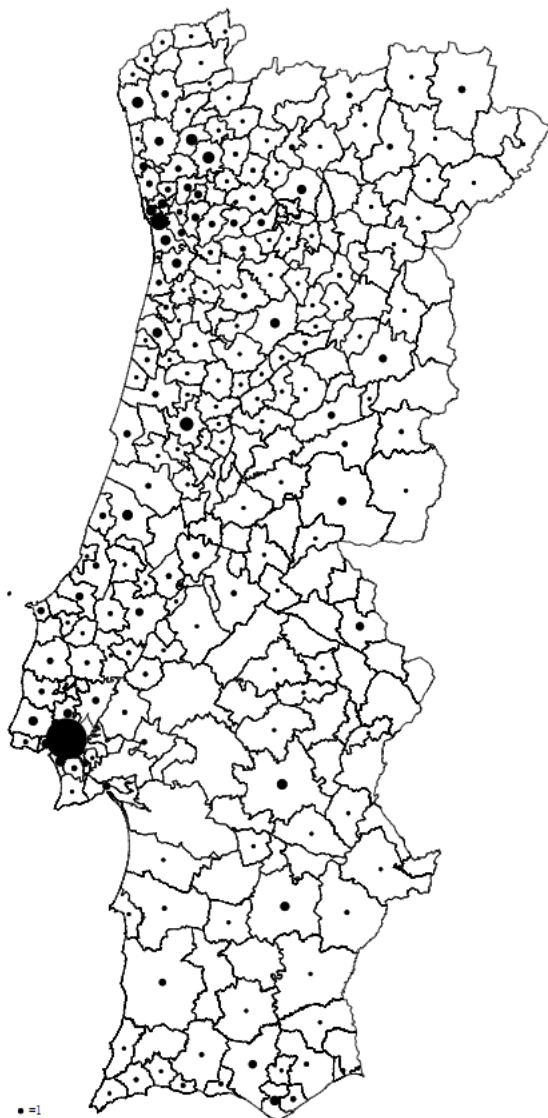
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

Entidades Adm. Central

Entidades da AD Central revelam grande concentração geográfica.

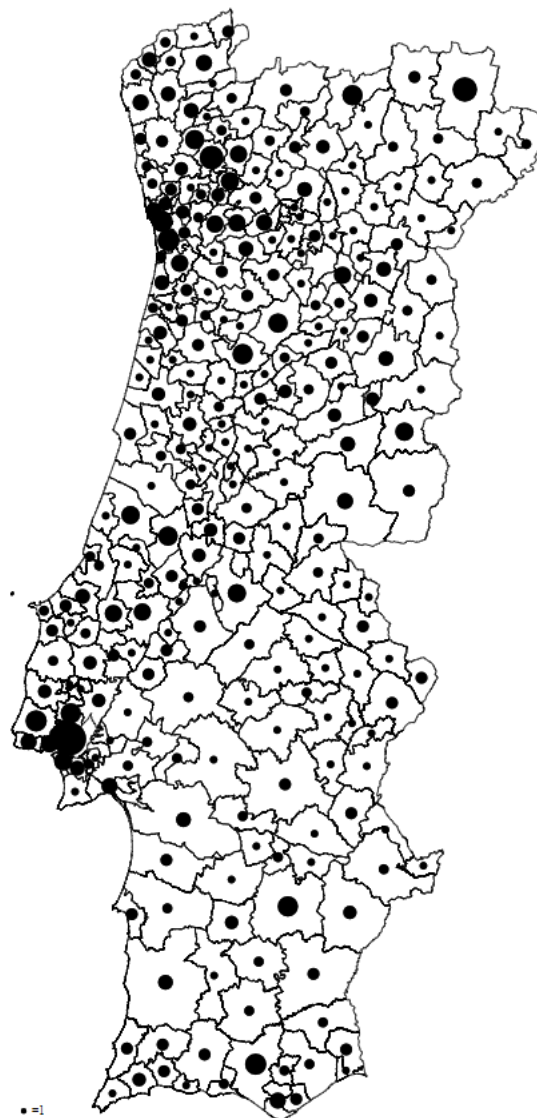
37% das entidades da Ad Central estão na AM Lisboa, 30% na AM Porto e 21% no Centro.

No Norte e no Centro as despesas mais relevantes são na área da saúde e da educação.



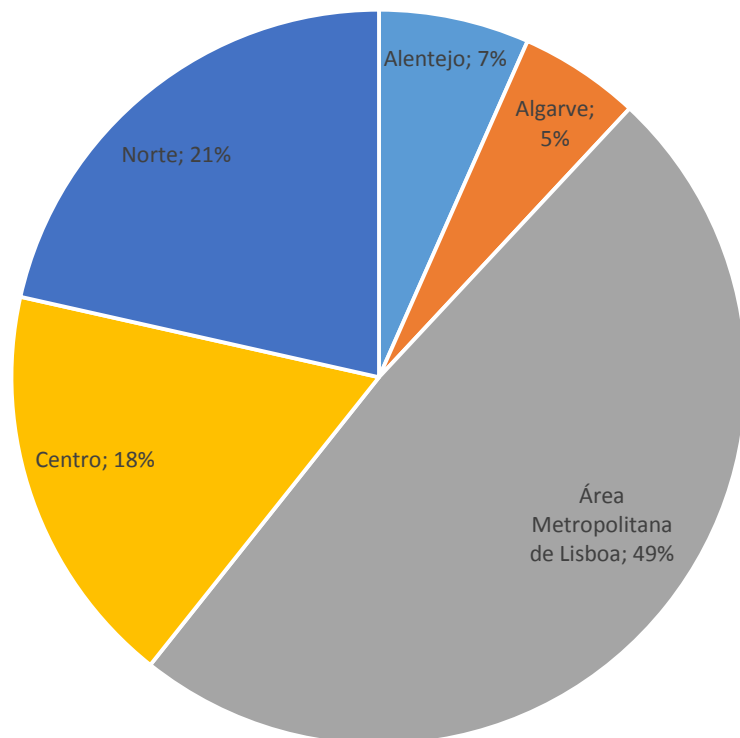
Entidades Adm. Local

88% do valor total das aquisições de bens e serviços por entidades da Ad Local são realizadas por municípios.



3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

Distribuição regional por NUTS II das compras por entidades públicas em 2016

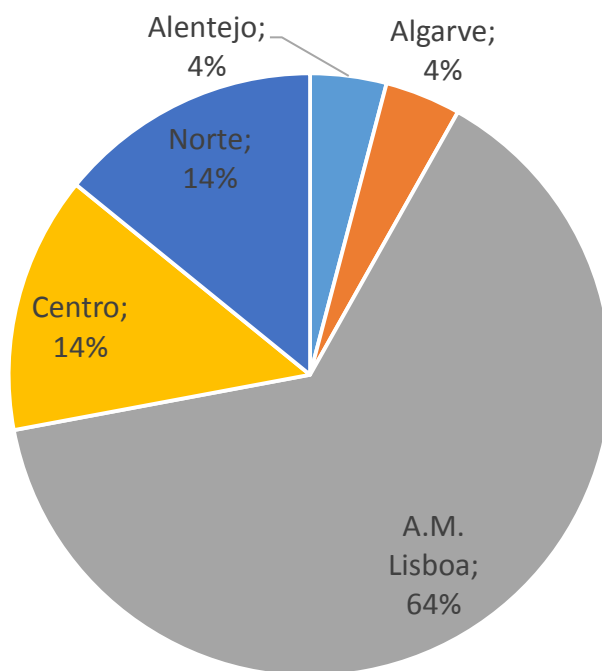


Cerca de metade (49%) do valor das compras das Administrações Públicas (Central e Local) é realizada por entidades localizadas na AM Lisboa.

Entidades públicas sediadas nas regiões Norte e Centro representam 21% e 18% das compras, respetivamente.

3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

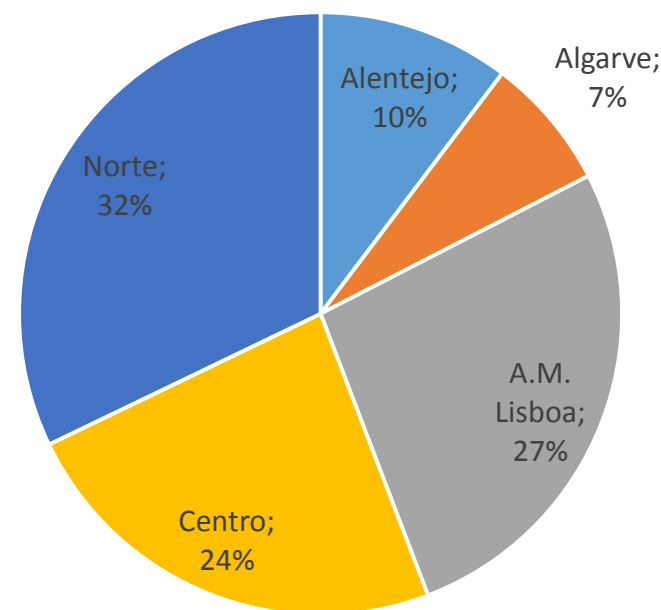
Distribuição regional por NUTS II das compras por entidades da Administração Central em 2016



Entidades da AP Central localizadas na AM Lisboa representam 64% das compras.

Entidades das regiões Norte e Centro representam 14%, cada.

Distribuição regional por NUTS II das compras por entidades da Administração Local em 2016

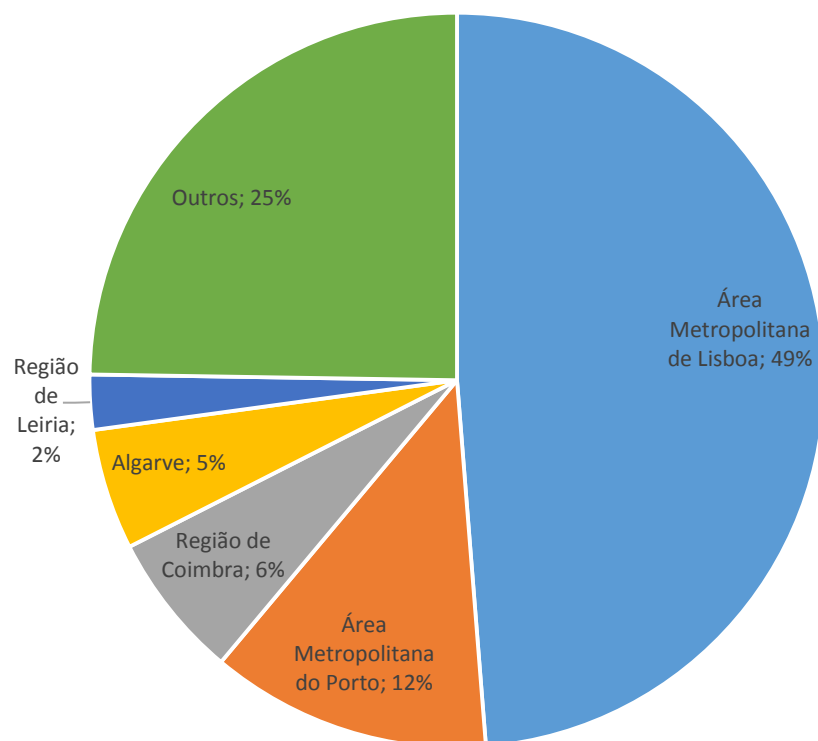


Entidades da AP Local localizadas no Norte representam 32% das compras.

Entidades da AM Lisboa e do Centro representam, respetivamente, 27% e 24%, das compras totais da Ad Local.

3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

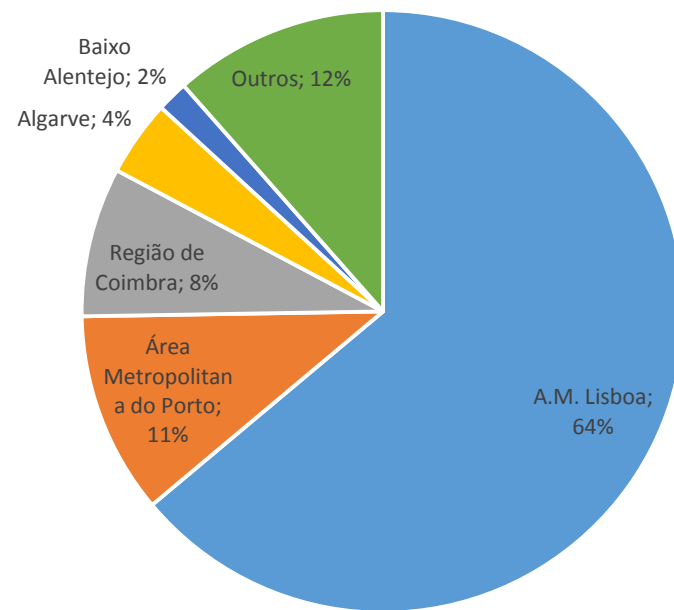
Distribuição regional por NUTS III das compras por entidades públicas em 2016



A seguir às entidades localizadas na AM Lisboa (49%), destacam-se na distribuição por regiões NUTS III das compras públicas as entidades da AM Porto (12%), Coimbra (6%) e Algarve (5%).

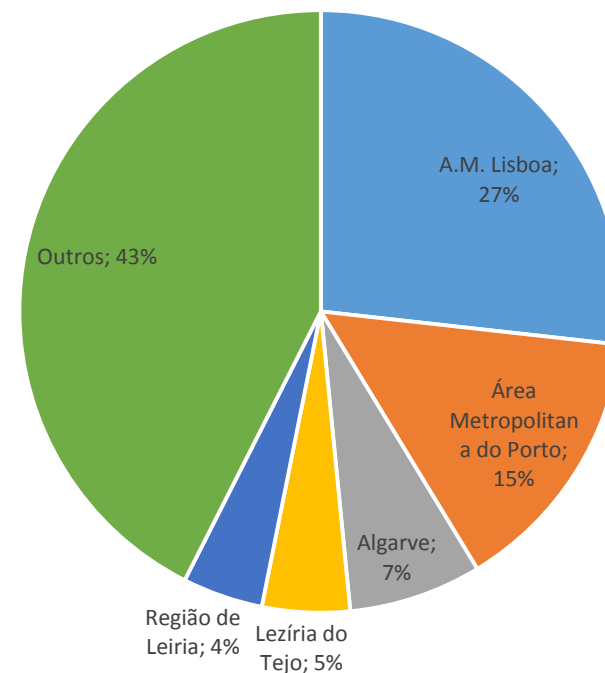
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

Distribuição regional por NUTS III das compras por entidades da Administração Central em 2016



Às entidades da AP Central localizadas na AM Lisboa (64%), seguem-se na distribuição por regiões NUTS III das compras públicas as entidades da AM Porto (11%) e Coimbra (8%).

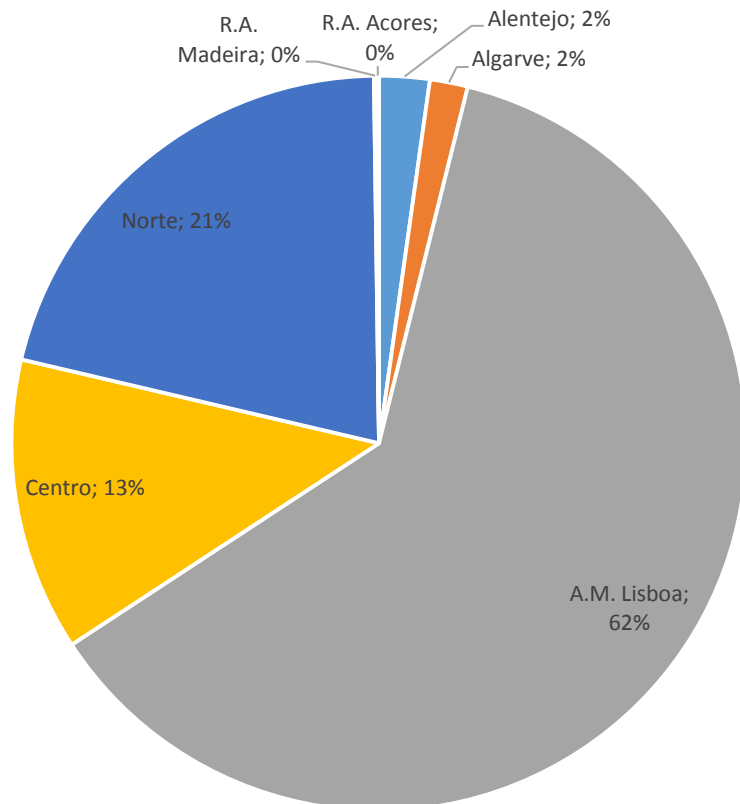
Distribuição regional por NUTS III das compras por entidades da Administração Local em 2016



Às entidades da AP Local localizadas na AM Lisboa (27%), seguem-se na distribuição por regiões NUTS III das compras públicas as entidades da AM Porto (15%) e Algarve (7%).

3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

Distribuição regional das vendas às Administrações Públicas por sede das empresas, NUTS II, em 2016

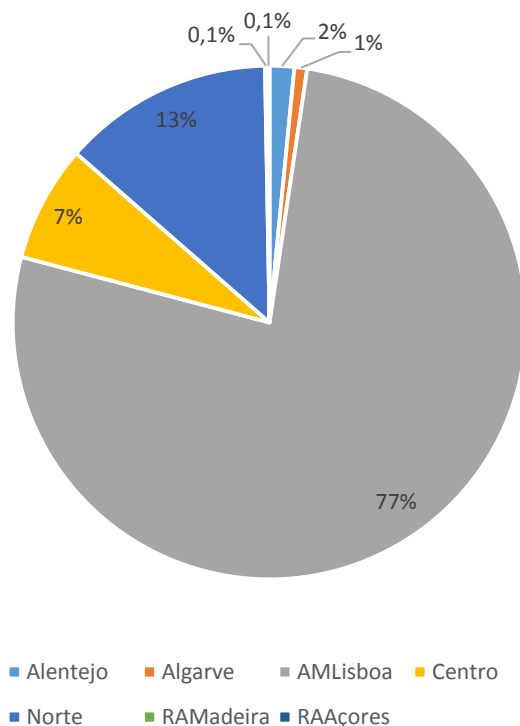


62% das vendas a entidades públicas foram feitas por empresas sediadas na AM Lisboa, sendo que as entidades públicas aí residentes representavam apenas 49% das compras totais.

As empresas sediadas nas regiões Norte e Centro representaram, respetivamente, 21% e 12% das vendas totais.

3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

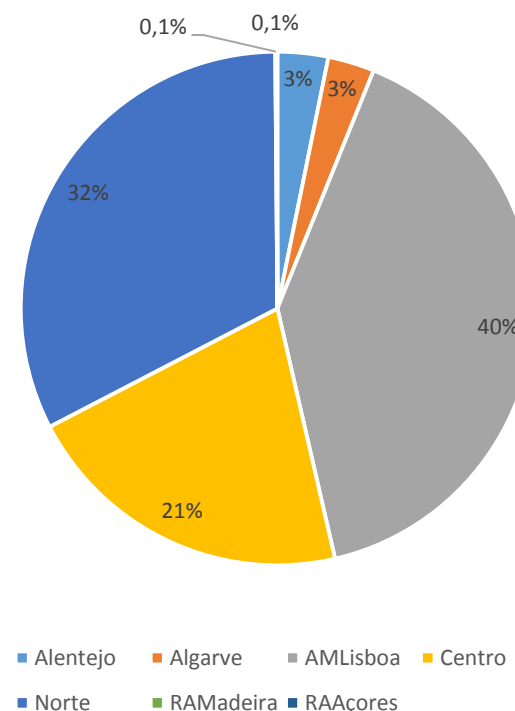
Distribuição regional por NUTS II das vendas a entidades da Administração Central, 2016



As empresas sediadas na AM Lisboa representaram 77% das vendas à AP Central.

As empresas sediadas nas regiões Norte e Centro representaram, respetivamente, 13% e 7% das vendas.

Distribuição regional por NUTS II das vendas a entidades da Administração Local, 2016

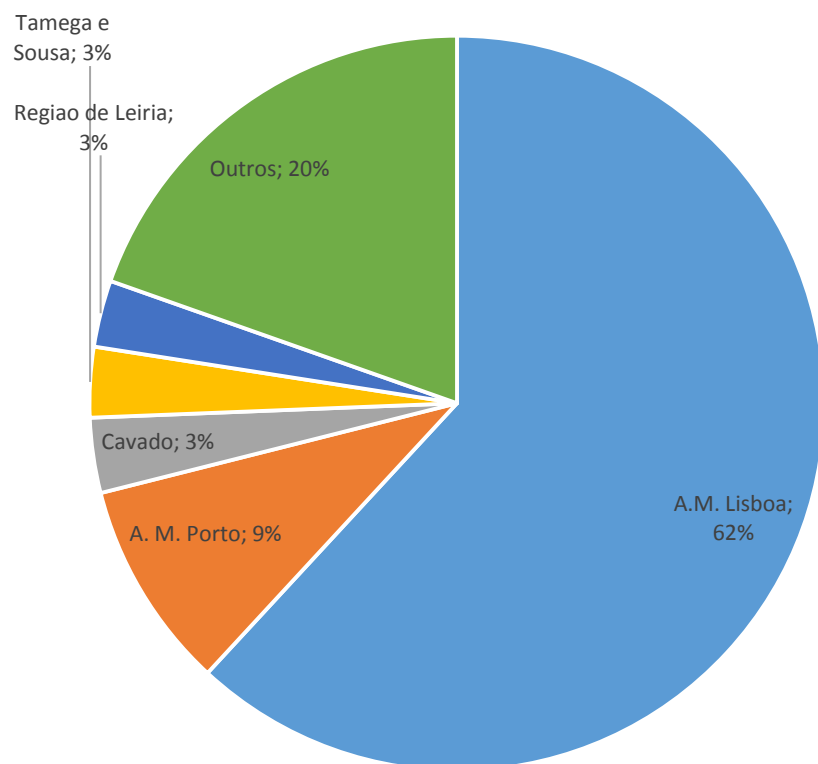


As empresas sediadas na AM Lisboa representaram 40% das vendas à AP Central.

As empresas sediadas nas regiões Norte e Centro representaram, respetivamente, 32% e 21% das vendas.

3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

Distribuição regional das vendas às Administrações Públicas por sede das empresas, NUTS III, em 2016



62% das vendas a entidades públicas foram feitas por empresas sediadas na AM Lisboa.

As empresas sediadas na AM Porto representaram 9% das vendas totais a entidades públicas.

As empresas da AM Lisboa e da AM Porto representaram, em 2016, 70% das vendas ao Estado.

Nas vendas à Ad Central, as empresas sediadas na AM Lisboa (77%) e na AM Porto (7%) representaram 84% das vendas totais.

Nas vendas à AP Local, as empresas sediadas na AM Lisboa representavam 40% das vendas e na AM Porto 12%.

3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

Compras por entidades públicas por localização das empresas fornecedoras, NUTS III, em 2016

NUTS2	Alentejo	Algarve	AM Lisboa	Centro	Norte
Alentejo	13,6%	1,7%	2,2%	0,6%	0,2%
Algarve	1,9%	25,9%	0,3%	0,1%	0,1%
AM Lisboa	42,9%	54,3%	81,4%	46,8%	37,7%
Centro	21,8%	10,2%	6,4%	38,0%	4,7%
Norte	19,7%	7,9%	9,3%	14,4%	57,2%
R.A. Açores	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%
R.A. Madeira	0,1%	0,0%	0,2%	0,1%	0,0%
Total Compras	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Esta tabela permite avaliar a importância das empresas de cada região no fornecimento das entidades públicas de cada região.

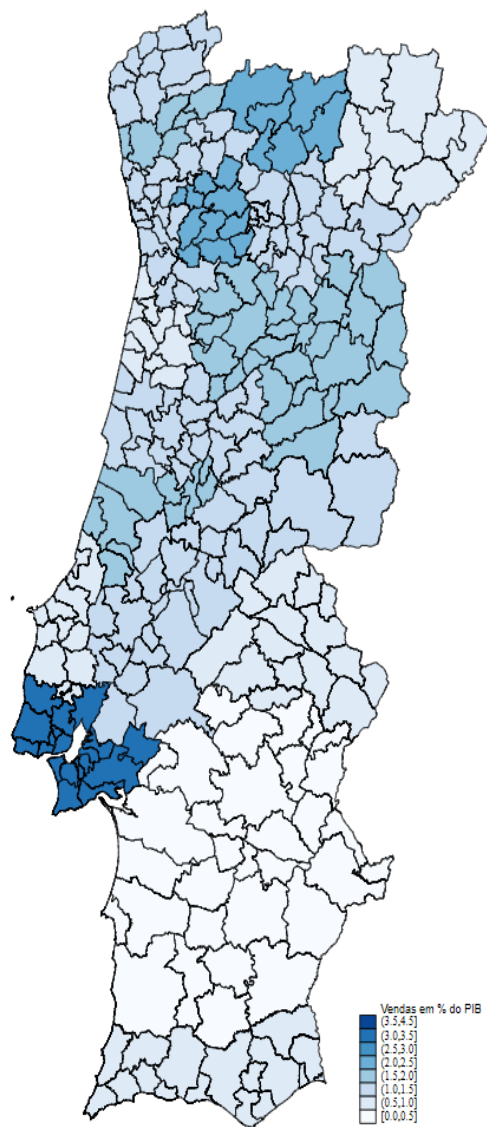
81% das compras das entidades da AM Lisboa são feitas a empresas dessa região.

As entidades da Ad Pública localizadas na região do Alentejo apenas adquirem 14% das suas aquisições a empresas dessa região.

As entidades públicas estão muito concentradas na AM Lisboa.

As empresas da AM Lisboa têm uma posição dominante nas vendas ao Estado, que ultrapassa a importância das entidades públicas na AM Lisboa.

3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços



Vendas das empresas fornecedoras a entidades públicas em percentagem do PIB regional, NUTS III, 2016

As empresas da AM Lisboa são as principais fornecedoras do Estado.

A AM Lisboa especializou-se na produção de bens e serviços em que o Estado é o principal cliente.

As vendas de bens e serviços ao Estado por empresas localizadas na AM Lisboa representam 3,2% do PIB da AM Lisboa (1,2% nas outras regiões).

Os dados das Base: Contratos Públicos online representam apenas uma pequena parte dos efeitos diretos e indiretos das entidades públicas na economia da região.

Uma análise completa requeria, por exemplo, informação sobre o número de funcionários públicos e respetiva massa salarial em cada serviço do Estado, por localização.

3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

Desvios positivos do preço total efetivo relativamente ao preço contratual, por escalão de preço contratual: % de contratos com desvio e desvio mediano, em %

	Escalão de preço contratual em milhares de EUR					
	[5-20[	[20-75[	[75-250[	[250-500[	>=500	Todos os contratos
Contratos com desvios positivos (em %)						
Adm. Central	5,7%	4,8%	7,7%	10,4%	16,0%	5,7%
Adm. Local	2,8%	3,6%	7,5%	15,8%	14,7%	3,6%
Total Adm. Públicas	4,2%	4,1%	7,6%	13,1%	15,4%	4,6%
Desvio mediano (em %)						
Adm. Central	15,8%	11,2%	10,0%	9,6%	5,1%	13,2%
Adm. Local	8,0%	5,9%	5,3%	4,8%	4,8%	6,5%
Total Adm. Públicas	13,1%	9,0%	6,7%	6,5%	5,0%	10,2%

As diferenças entre os preços contratados e os preços efetivos são uma medida da eficiência na contratação pública.

Os contratos realizados por entidades da Ad Central apresentam maiores desvios do que os contratos realizados por entidades da Ad Local.

Em termos de desvio mediano, os desvios da Ad Central (13%) são cerca do dobro dos registados nos contratos com a Ad Local (6,5%).

A eficiência na contratação não constitui um argumento válido para a concentração da contratação pública em entidades da Ad Central, nem para a contratação centralizada.

3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

Conclusões

- As entidades das Administrações Públicas apresentam uma grande concentração na região da AM Lisboa.
- Essa concentração reflete-se no facto de cerca de 50% das compras públicas serem feitas por entidades localizadas na AM Lisboa.
- As entidades da Administração Central localizadas na AM Lisboa representam 64% das compras públicas.
- As empresas localizadas na AM Lisboa representam 62% das vendas totais ao Estado e 77% das vendas totais a entidades da Administração Central.
- Nas vendas a entidades da Administração Local, as empresas localizadas na AM Lisboa representam 40% das vendas totais.
- As entidades da Administração Local mostram ser mais eficientes na contratação pública relativamente às da Administração Central, quando se medem os desvios do preço pago em relação ao preço contratado.

Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
- 4. Descentralização e os recursos da Administração Local**
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
6. Propostas de políticas públicas

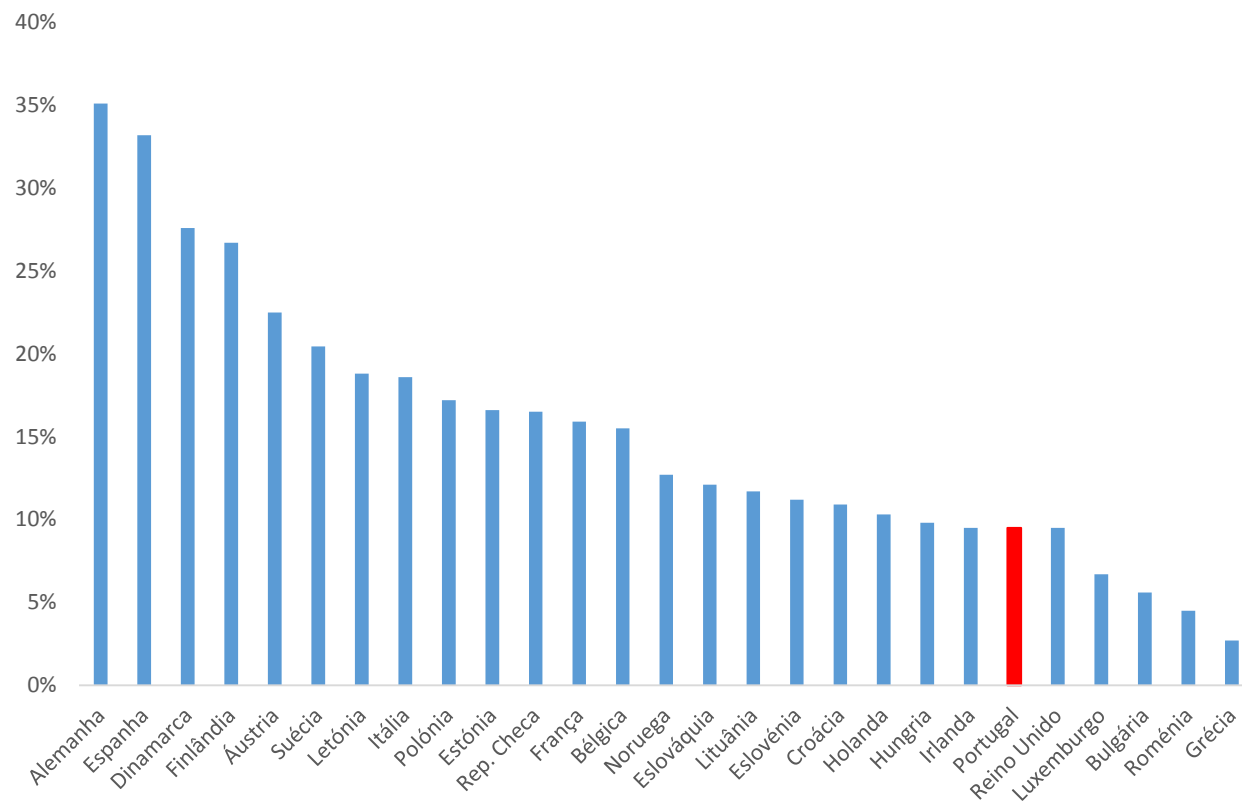
4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Objetivos

- Analisar o nível de descentralização orçamental, que serve como indicador da distribuição de competências no que diz respeito à alocação de recursos, em termos internacionais e ao longo do tempo.
- Analisar a composição e a evolução das receitas dos municípios, agregando por regiões NUTS II e III, distinguindo as transferências do Estado das receitas fiscais, e de outras receitas próprias.
- Descrever a evolução da despesa dos municípios, distinguindo nomeadamente entre despesas correntes e de capital.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Rácio da despesa da administração local e da despesa pública total (2016)

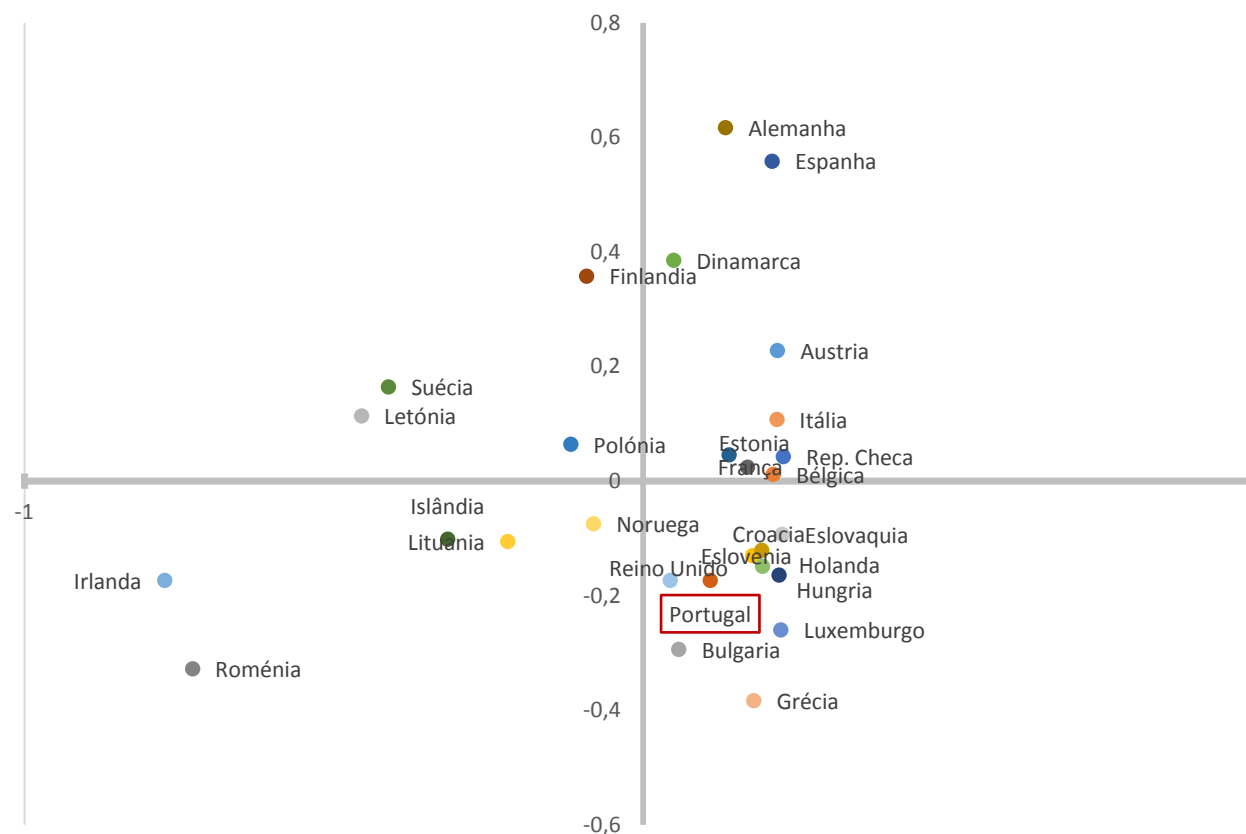


Portugal é um dos países com mais elevada centralização da despesa pública.

A Administração Local representa apenas cerca de 10% da despesa pública total.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Descentralização orçamental e fragmentação territorial

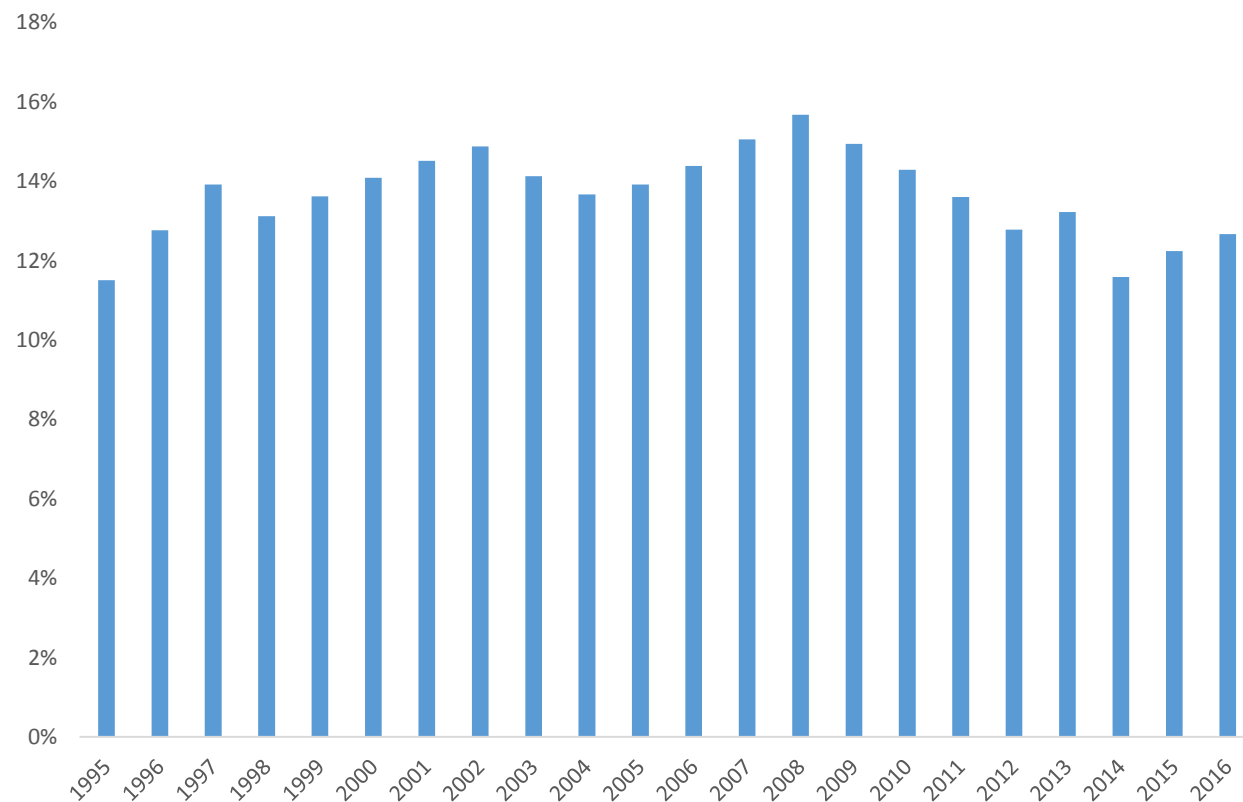


Portugal surge como um país com território fragmentado e uma elevada concentração de competências da Ad Central.

Nota: o eixo vertical (descentralização orçamental) é o rácio das despesas efetuadas pelas coletividades locais e do total das despesas públicas: o eixo horizontal (fragmentação territorial) é medido em termos do número de entidades municipais ponderada pela área de cada país.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Peso da despesa da Administração Local na despesa pública total

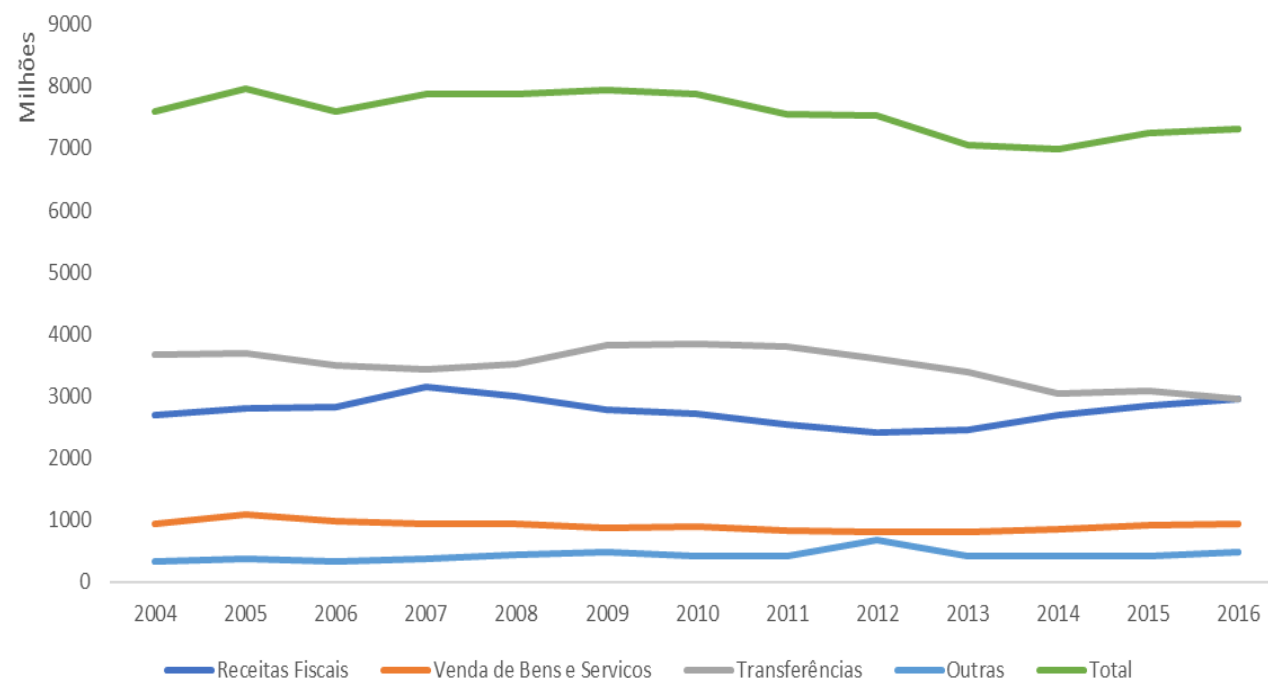


O peso da despesa da Administração Local na despesa pública total atingiu um valor máximo de 15,7% em 2008 (partindo de um valor mínimo de 11,5% em 1995).

Nos anos que se seguiram à crise financeira internacional de 2008, registou-se uma diminuição contínua do peso da despesa da Administração Local, tendo atingido um valor mínimo de 11,6%, em 2014 (ou seja, voltou aos valores de meados da década de 90).

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Estrutura das receitas dos municípios – 2004-2016 (preços 2015)



Entre 2004 e 2016, as receitas totais dos municípios caíram 4%.

Transferências e receitas fiscais representam ao longo de todo o período cerca de 80% das receitas dos municípios.

Entre 2010 e 2016, as transferências do Estado diminuíram 23%.

Entre 2007 e 2016, as receitas fiscais aumentaram 23%.

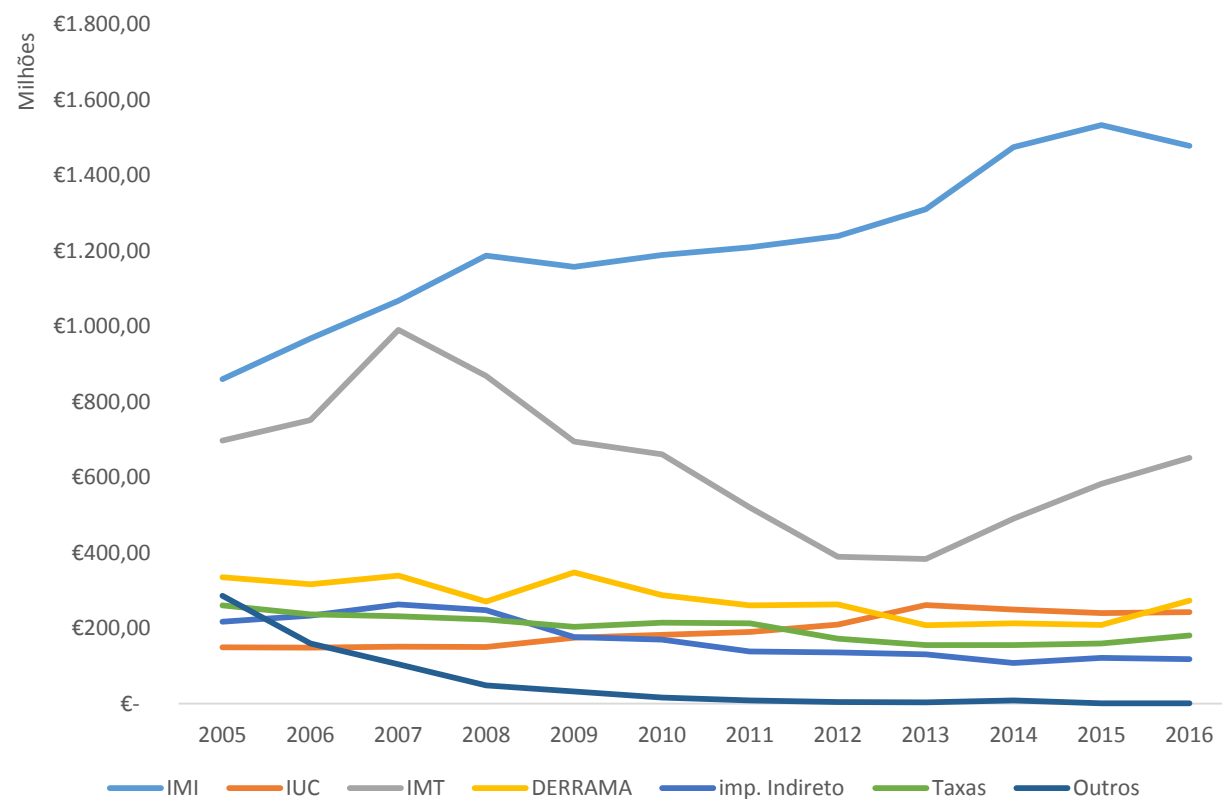
Entre 2004 e 2016, o peso das receitas fiscais aumentou de 33% para 38%, e o peso das transferências diminuiu de 45% para 38%.

Ou seja, em 2016, as receitas fiscais e as transferências tinham o mesmo peso nas receitas totais dos municípios.

O peso das receitas das vendas de bens e serviços manteve-se estável ao longo do período, representando cerca de 12% do total.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Principais componentes da Receita Fiscal, 2005-2016 (preços 2015)

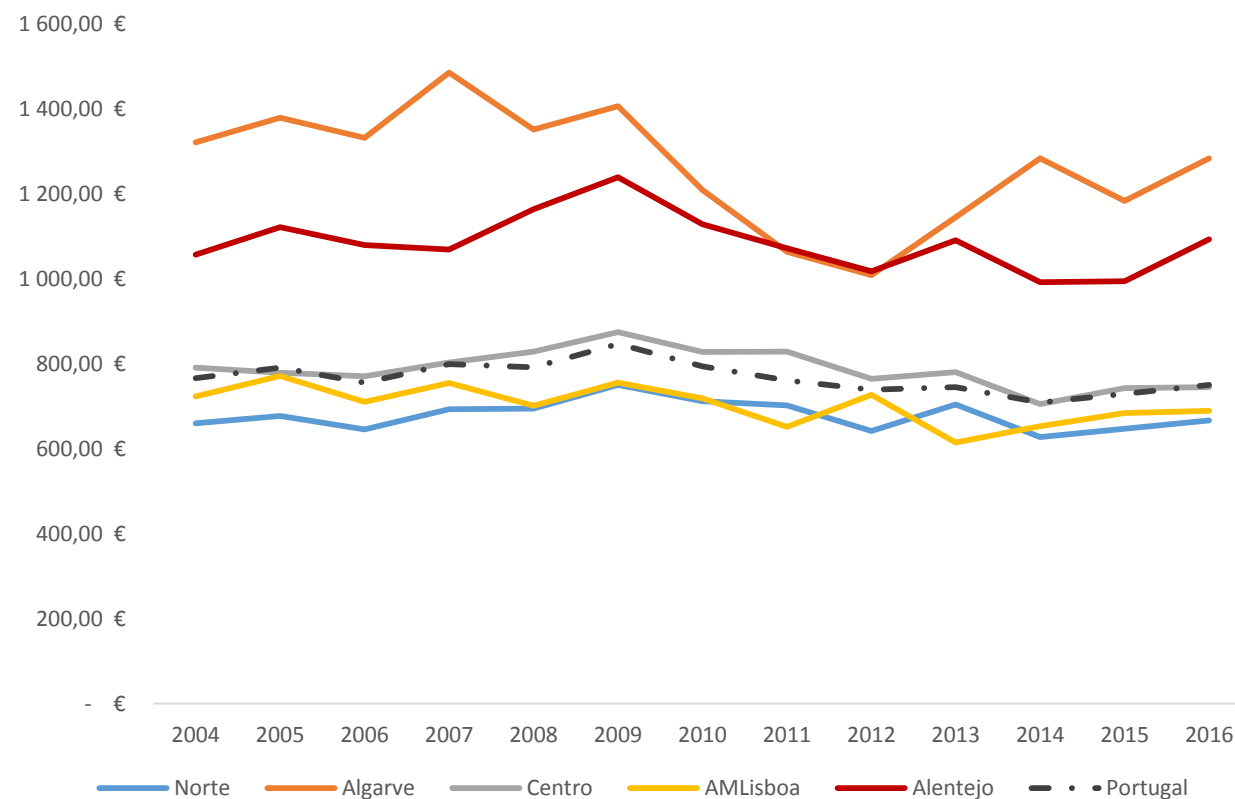


Os impostos mais representativos são os impostos sobre o património – IMI e IMT – e a derrama sobre os lucros das empresas. O peso destes impostos nas receitas fiscais totais aumentou de 51%, em 2005, para 75%, em 2016.

Entre 2005 e 2016, destaca-se o aumento contínuo das receitas do IMI, a principal receita fiscal dos municípios.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Evolução das receitas totais per capita, regiões NUTS II, 2004-2016 (preços 2015)



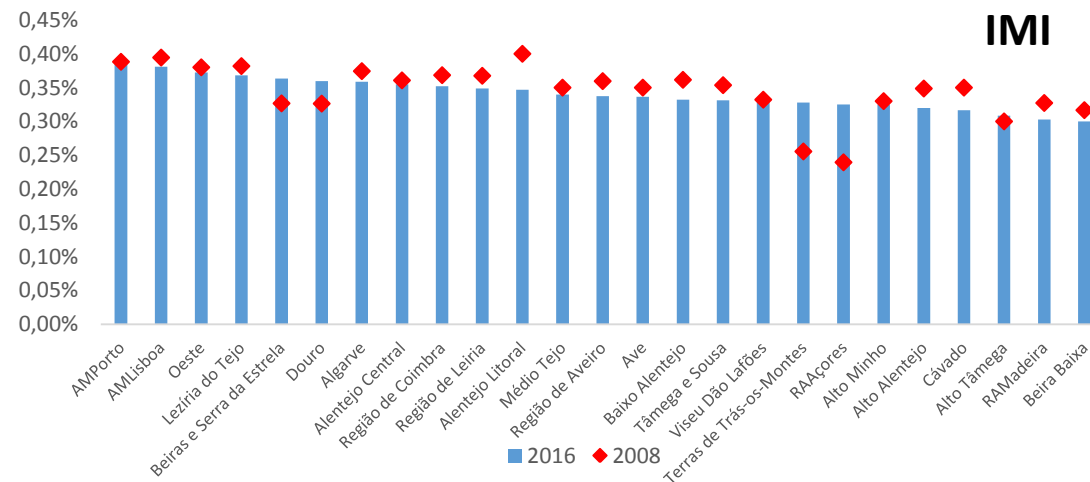
A receita total per capita dos municípios atingiu um valor máximo de €876 em 2009, um aumento de 14% face a 2004. Em 2016, aquele valor era €751.

As regiões do Algarve e do Alentejo registaram as receitas totais per capita mais elevadas, bastante acima da média do país.

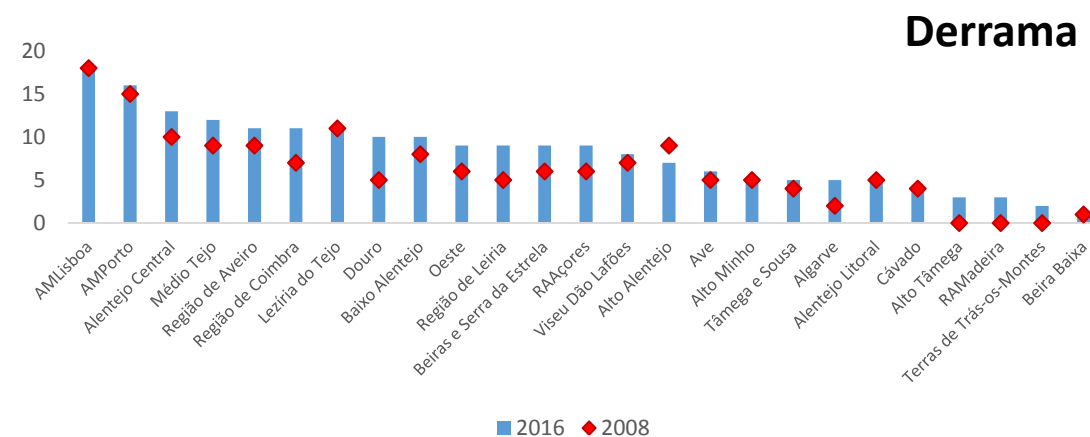
As regiões Norte e da AM Lisboa apresentam os valores de receitas totais per capita mais baixos. Em 2016, o valor mais baixo registado na região Norte, €667.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Principais componentes da Receita Fiscal, 2005-2016 (preços 2015)



O aumento da receita do IMI deve-se mais à atualização do valor patrimonial do que variações na taxa, que, apesar de pouca variação, registou uma tendência descendente.



Entre 2008 e 2016, destaca-se o aumento do número de municípios que recorreram à derrama

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Variação das receitas totais *per capita*, regiões NUTS III, 2004-2016 (preços 2015)



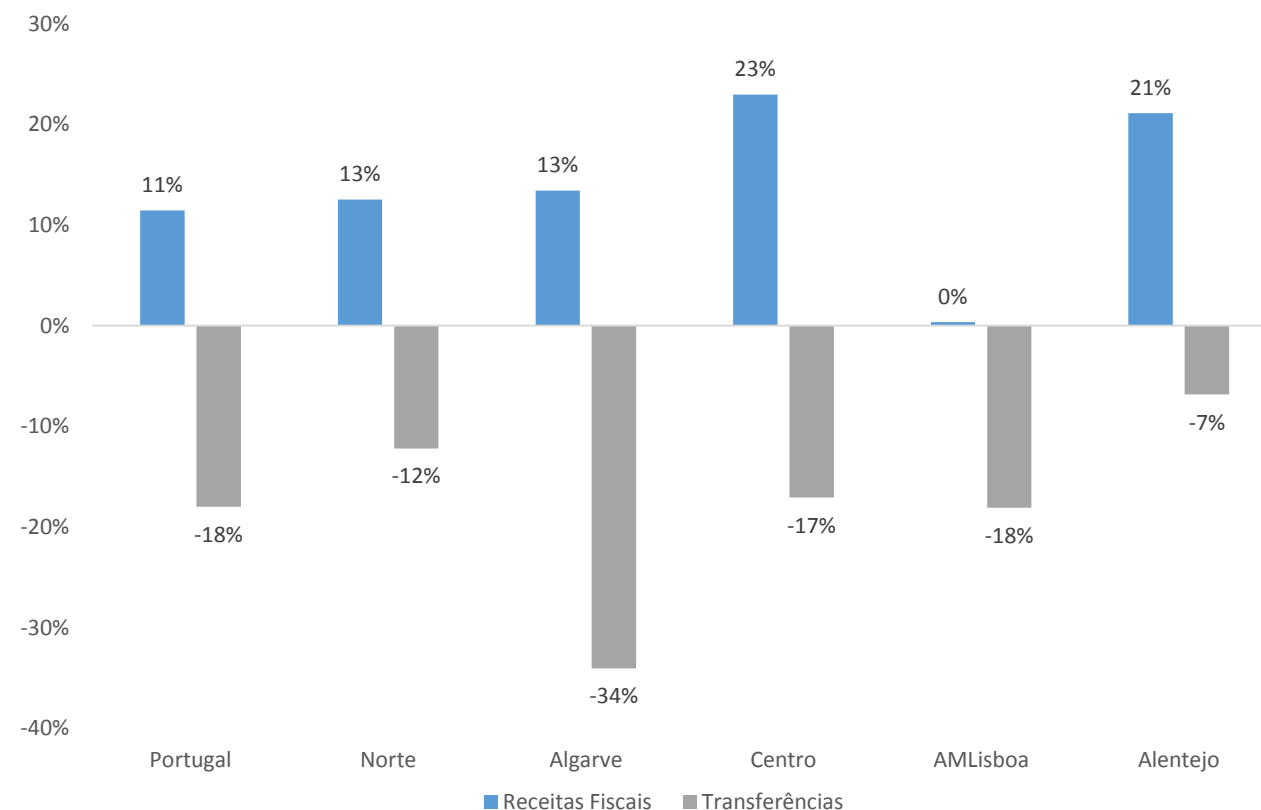
Entre 2004 e 2016, registou-se um aumento de 16% nas receitas totais dos municípios.

Neste período, apenas a região Médio Tejo, registou uma quebra nas receitas totais.

O aumento nas receitas foi muito desigual entre regiões, de 2% no Tâmega e Sousa até mais de 50% no Alto Tâmega e no Alentejo Central.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Variação das receitas fiscais e das transferências do Estado per capita, NUTS II, 2005-2016 (preços 2015)



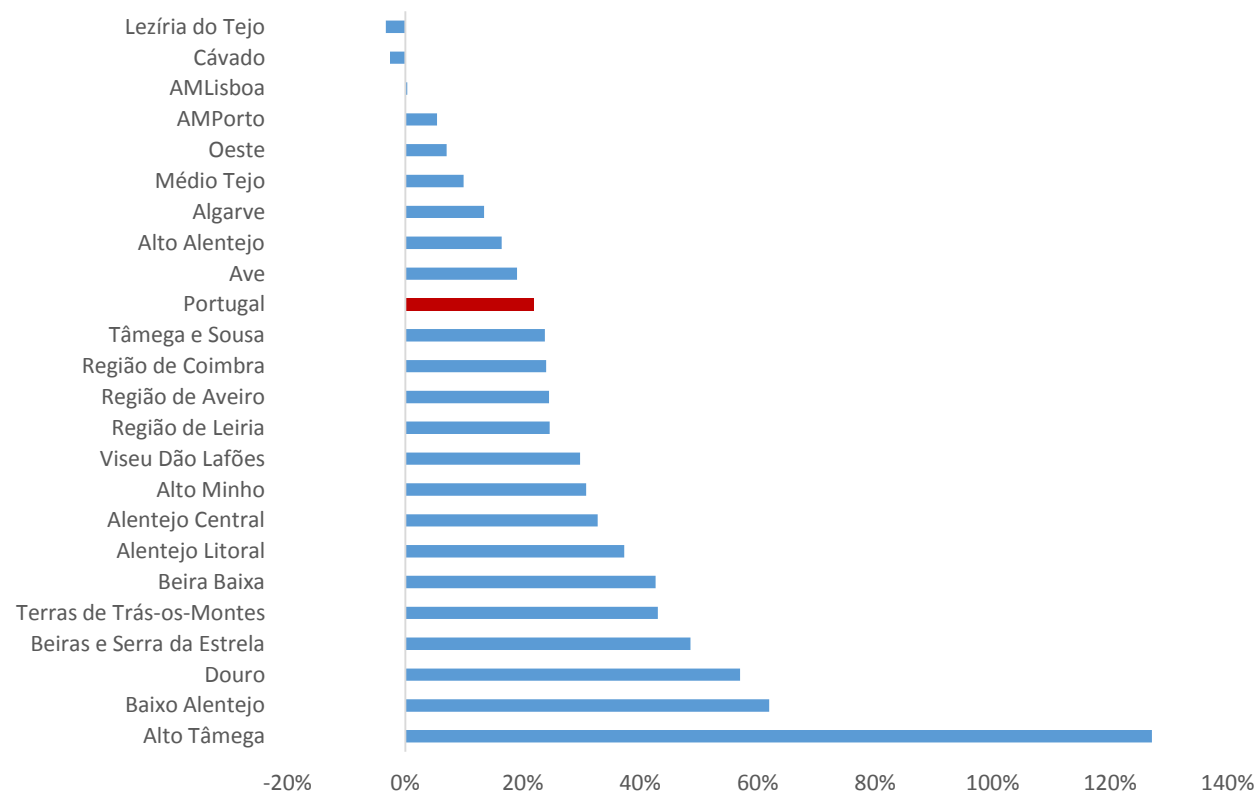
Entre 2005 e 2016, as receitas fiscais aumentaram em todas as regiões NUTS II, destacando-se as regiões Centro (+23%) e Alentejo (+21%).

Todas as regiões registaram quebras significativas nas transferências do Estado, destacando-se a redução de 34% na região do Algarve.

O aumento das receitas fiscais foi uma forma de compensar a redução das transferências do Estado para os municípios.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Variação das receitas fiscais per capita, NUTS III, 2005-2016 (preços 2015)



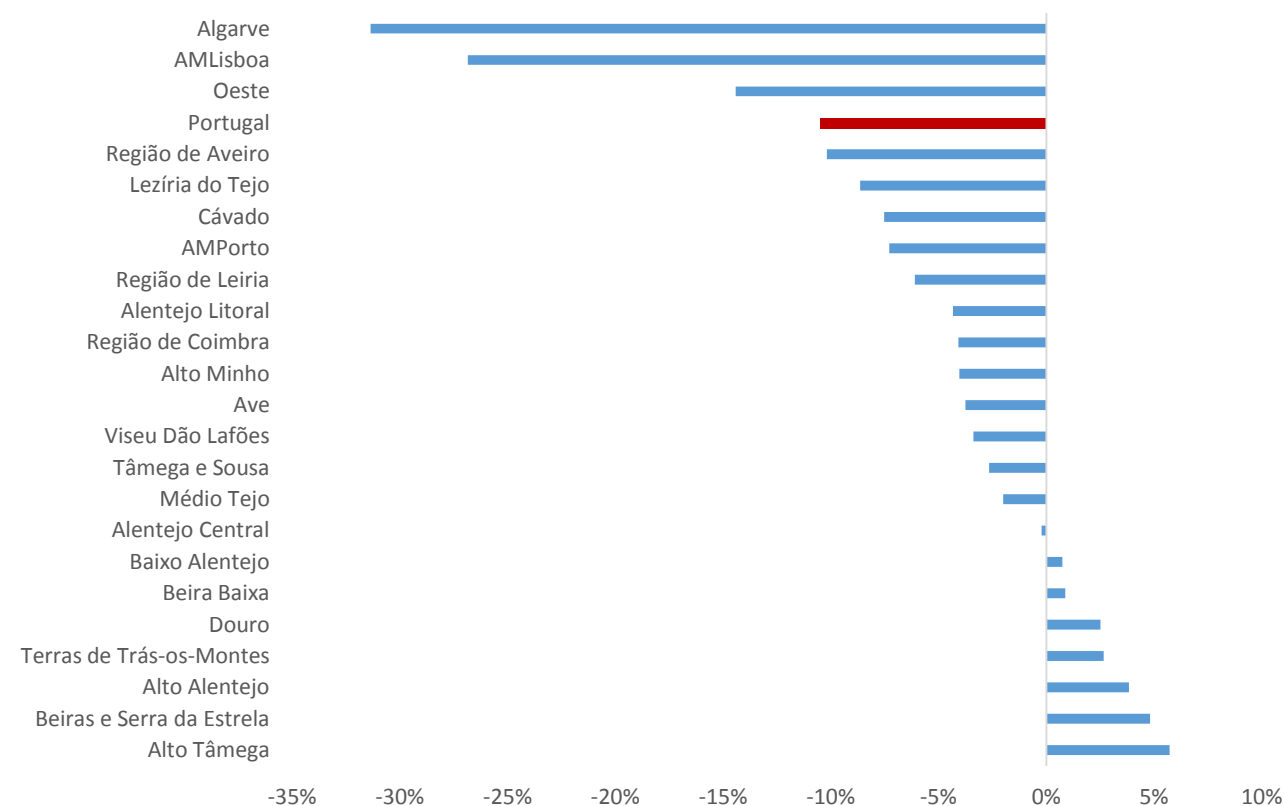
Entre 2005 e 2016, apenas 3 regiões não registaram um aumento das receitas fiscais, entre elas a AM Lisboa.

O aumento nacional das receitas fiscais dos municípios, naquele período, foi de 22%.

O aumento das receitas fiscais foi muito desigual entre regiões. De 0% na AM Lisboa e 5% na AM Porto, até 127% na região do Alto Tâmega.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

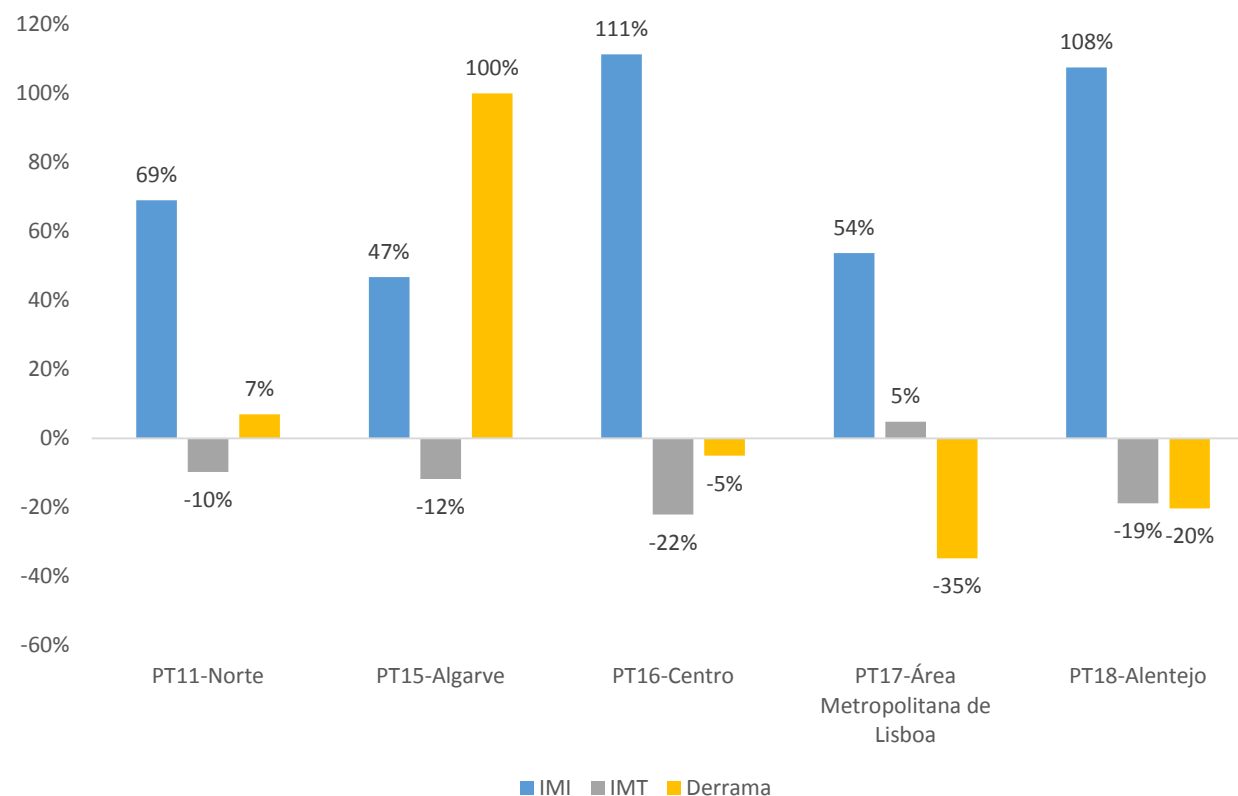
Variação das transferências per capita, NUTS II, 2005-2016 (preços 2015)



Entre 2005 e 2016, apenas 6 regiões NUTS III registaram um aumento das transferências, tratando-se das regiões com os níveis de PIB *per capita* mais baixo.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Variação das principais componentes da Receita Fiscal per capita – NUT II, 2005-2016 (preços 2015)

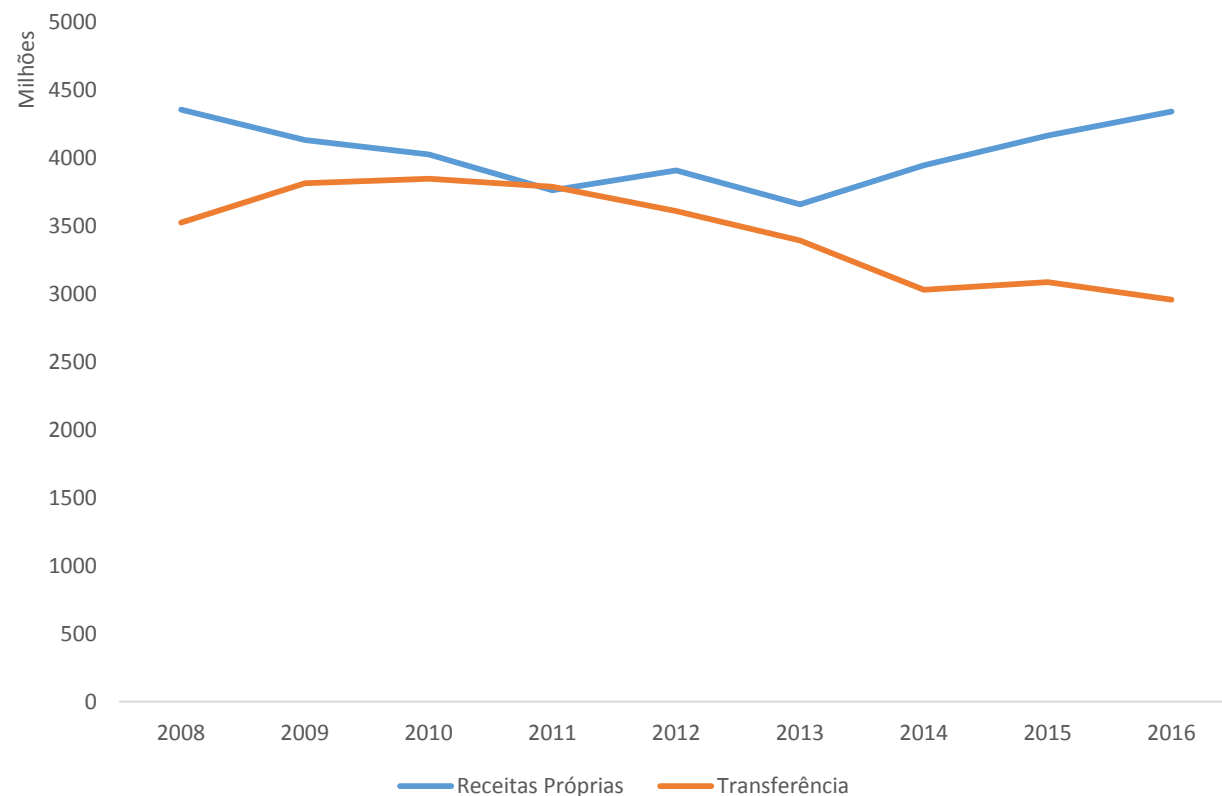


Entre 2005 e 2016, destaca-se o aumento das receitas do IMI em todas as regiões, tendo mais do que duplicado nas regiões Centro (+111%) e do Alentejo (+108%).

A região do Algarve regista uma duplicação das receitas da derrama.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Evolução das receitas próprias versus transferências – NUTS II, 2005-2016 (preços 2015)



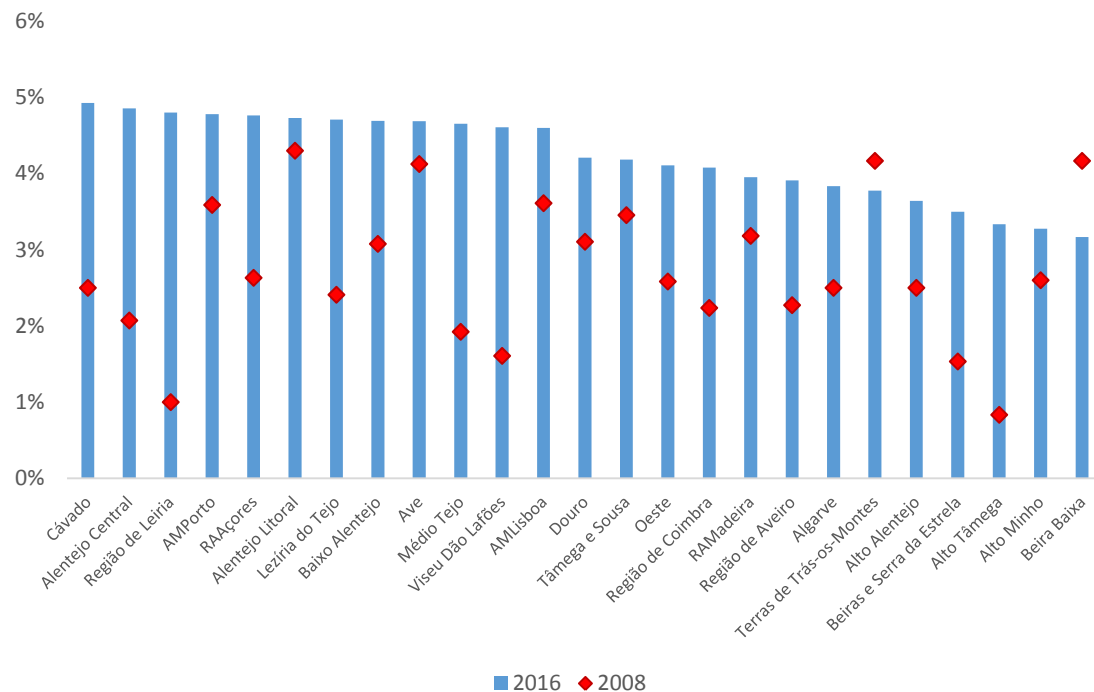
Com a exceção do ano de 2011, entre 2008 e 2016, as receitas próprias excederam sempre o montante das transferências do Estado.

Desde 2010, os municípios tentaram compensar a quebra nas transferências do Estado (-18%) com um aumento das receitas próprias (+11%).

As receitas próprias (receitas fiscais + vendas de bens e serviços) são uma medida da autonomia financeira dos municípios, tendo grande importância para a implementação de estratégias de desenvolvimento regional.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Participação dos municípios no IRS – taxa média NUTS III, 2008 e 2016

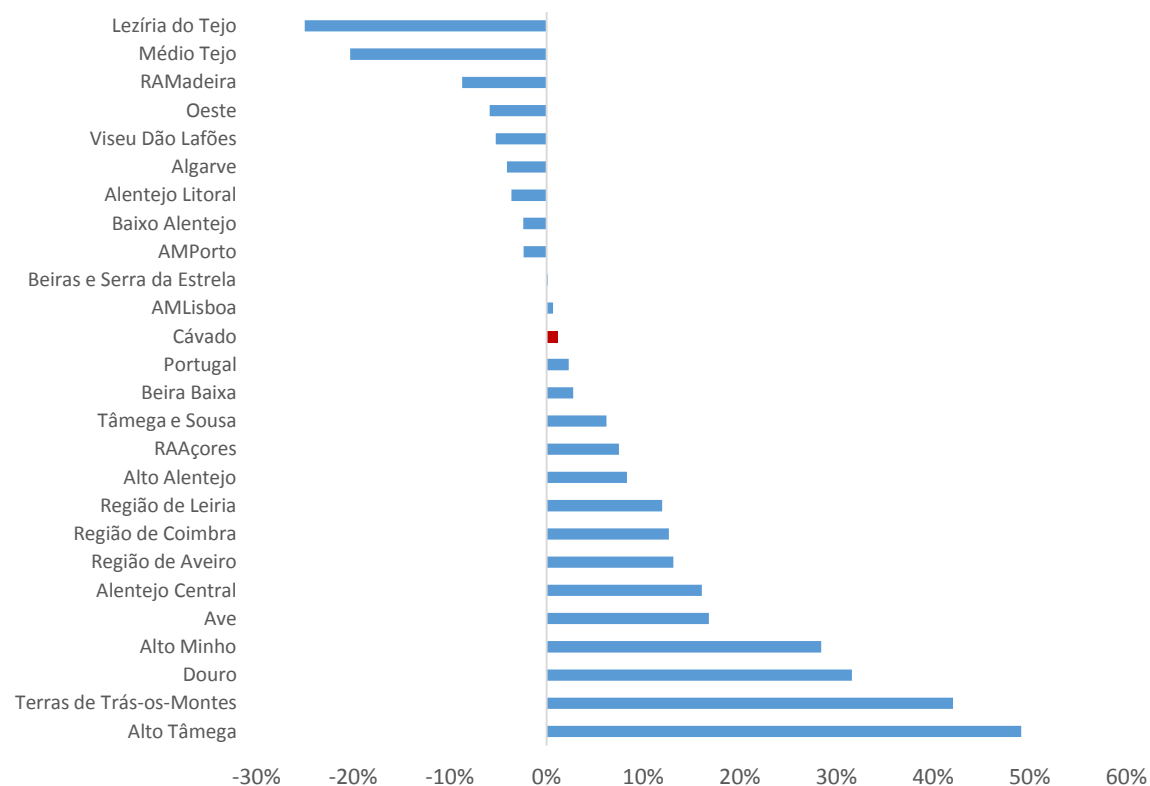


Com a exceção de duas regiões, os municípios fizeram uso do seu espaço fiscal no IRS para reforçar as suas receitas próprias.

A participação média dos municípios no IRS passou de 2,72% em 2008 para 4,23% em 2016.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Variação das receitas próprias per capita – NUTS III, 2008-2016 (preços 2015)

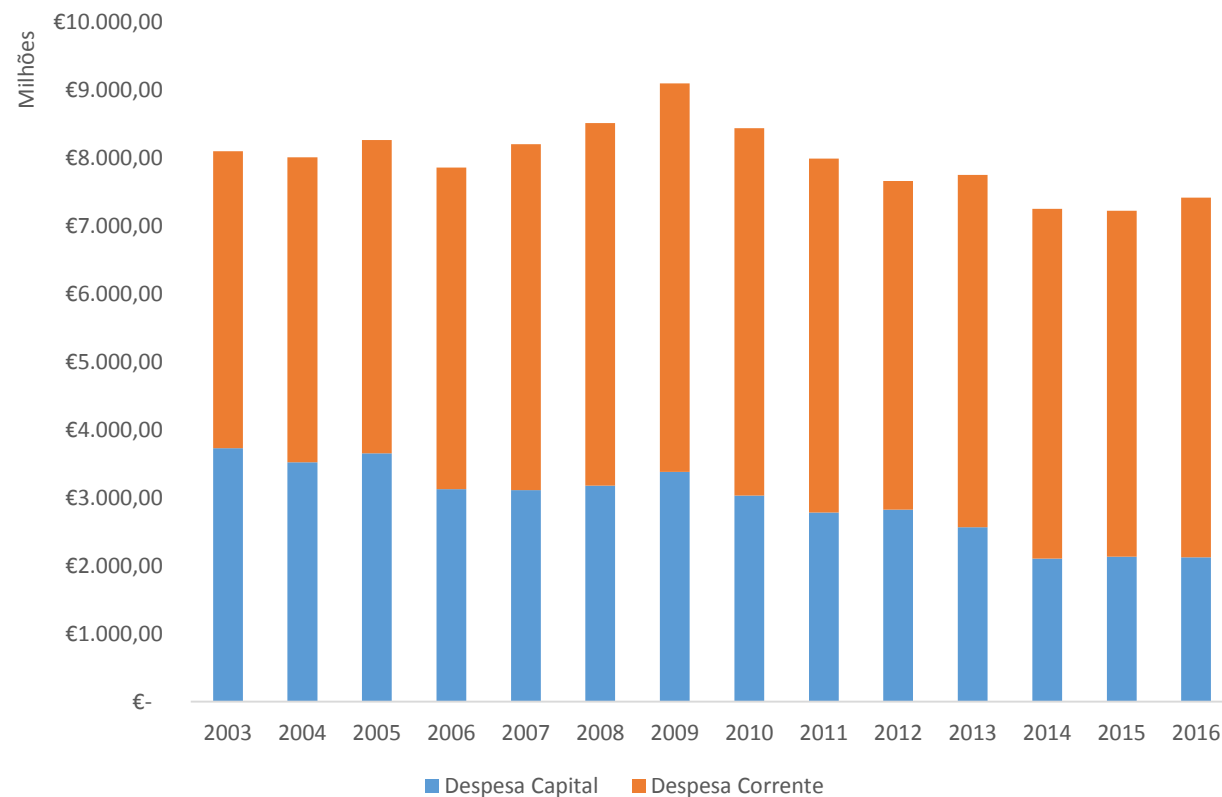


Entre 2008 e 2016, 14 das 23 regiões NUTS III registaram um aumento das receitas próprias.

Alto Tâmega (+49%), Terras de Trás-os-Montes (+42%), Douro (+32%) e Alto Minho (+28%) foram as regiões que registaram maior crescimento das receitas próprias.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Evolução das Despesas Correntes e de Capital, 2003-2016 (preços 2015)

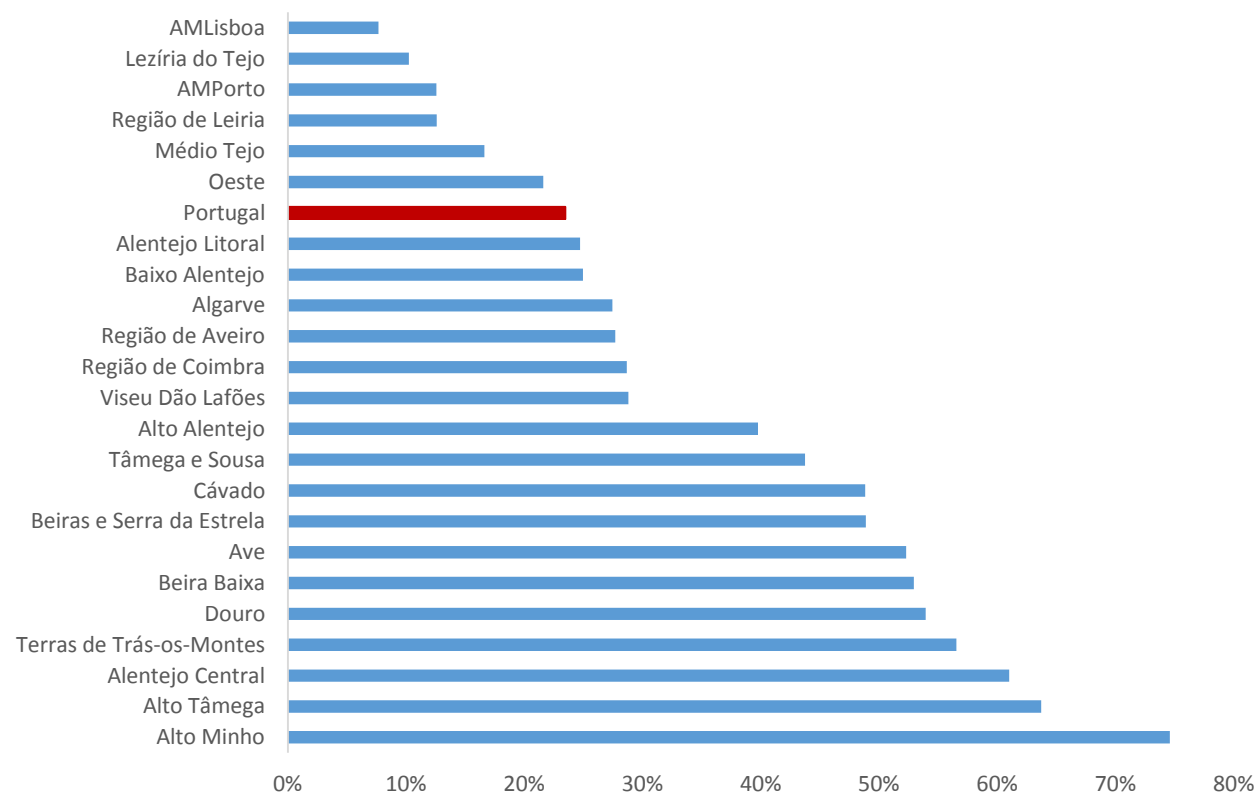


Entre 2003 e 2016, as despesas de capital registaram uma diminuição de 43% e as despesas correntes registaram um aumento de 21%.

Em 2016, as despesas correntes foram quase 2,5 vezes as despesas de capital dos municípios.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Variações da despesa corrente per capita, NUTS III, 2003-2016 (preços 2015)



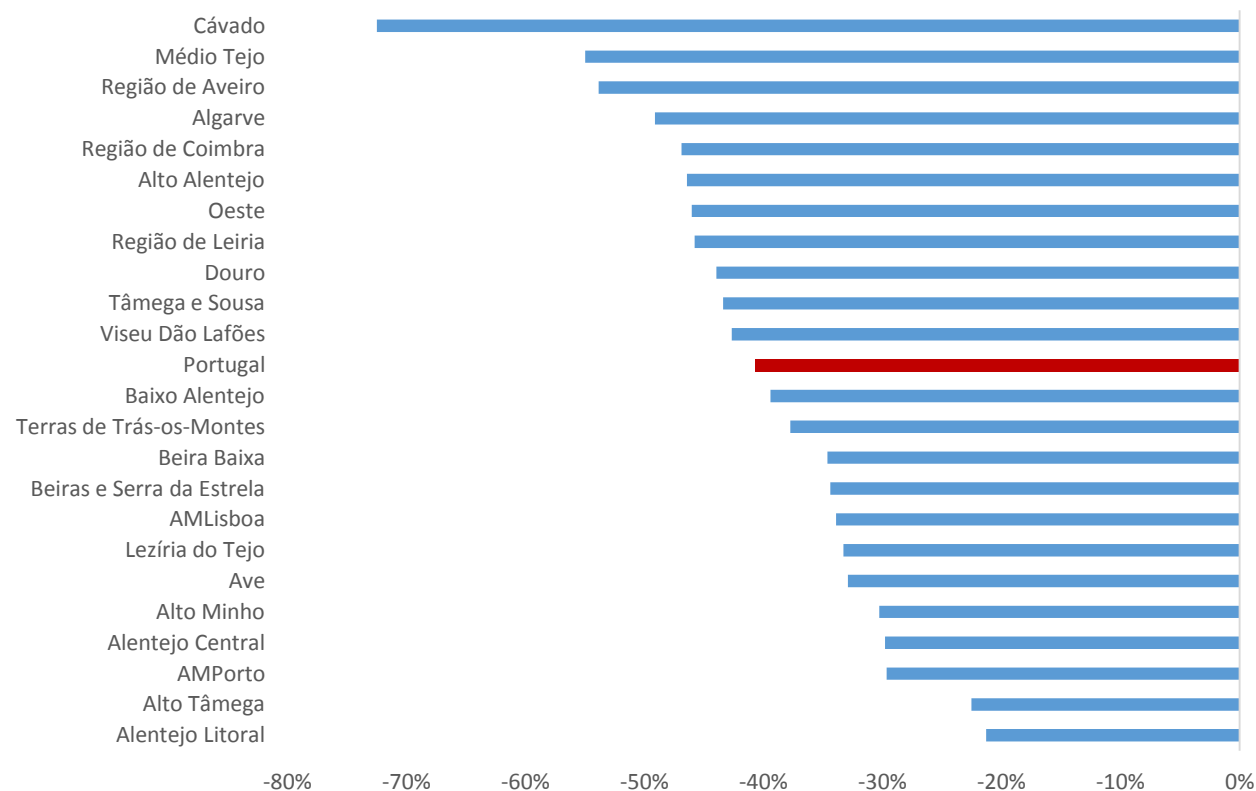
Entre 2003 e 2016, a despesa corrente per capita dos municípios aumentou 23%.

Todas as regiões aumentaram as despesas correntes per capita naquele período.

A AM Lisboa registou o menor aumento, 8%, e o Alto Minho o maior aumento, 75%.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Variações da despesa de capital per capita, NUTS III, 2003-2016 (preços 2015)



Entre 2003 e 2016, as despesas de capital per capita dos municípios diminuíram 41%, tendo-se registado uma redução em todas as regiões NUTS III.

A região do Cávado registou a maior quebra, 73%, e o Alentejo Litoral a menor redução, 21%.

O desinvestimento em infraestruturas produtivas, numa região que não apresenta indicadores de desenvolvimento ao nível da média nacional, poderá prejudicar a trajetória de convergência regional.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Conclusões

- Portugal é um dos países mais centralizados da OCDE, tendo alocado à Administração Local apenas cerca de 10% da despesa pública total.
- Portugal é também um país com um nível de fragmentação territorial, medida pelo número de municípios por área, elevada.
- Com a crise financeira internacional de 2008, o peso da Administração Local na despesa pública voltou aos mínimos dos anos 90 (11% do total).
- As receitas da Administração Local mantiveram-se praticamente inalteradas desde 2004, tendo até sofrido uma ligeira quebra (-4%).
- Entre 2010 e 2016, as transferências do Estado para os municípios diminuíram 23%.
- Entre 2007 e 2016, as receitas fiscais dos municípios aumentaram 23%.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Conclusões

- Entre 2004 e 2016, o peso das receitas fiscais aumentou de 33% para 38% e o peso das transferências diminuiu de 45% para 38%.
- Com a exceção do ano de 2011, entre 2008 e 2016, as receitas próprias (receitas fiscais + vendas de bens e serviços) excederam sempre o montante das transferências do Estado.
- Desde 2010, os municípios tentaram compensar a quebra nas transferências do Estado (-18%) com um aumento das receitas próprias (+11%).
- Entre 2008 e 2016, 14 das 23 regiões NUTS III registaram um aumento das receitas próprias.
- A participação média dos municípios no IRS passou de 2,72% em 2008 para 4,23% em 2016.

4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

Conclusões

- Entre 2003 e 2016, as despesas de capital registaram uma diminuição de 43% e as despesas correntes registaram um aumento de 21%.
- Em 2016, as despesas correntes foram quase 2,5 vezes as despesas de capital dos municípios.

Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
- 5. Assimetrias, descentralização e convergência regional**
6. Propostas de políticas públicas

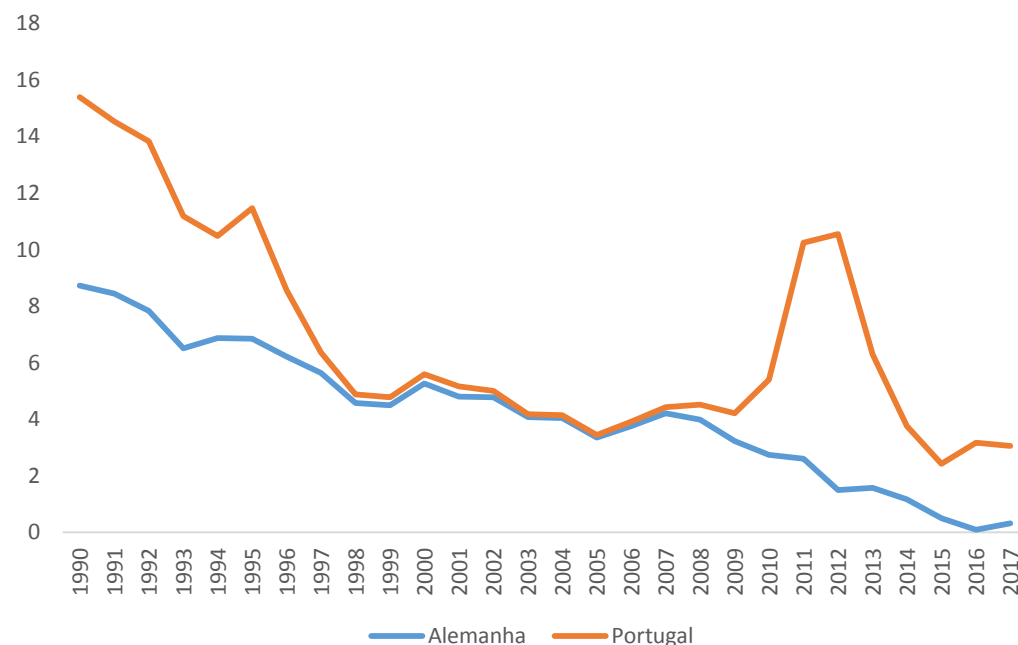
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Objetivos

- A crise da economia portuguesa foi uma crise da dívida. Nesta secção avalia-se a importância do endividamento das famílias e das empresas, tendo em conta o rácio daquela dívida em relação ao PIB das regiões, no seu desempenho económico na recessão que se seguiu à crise financeira internacional de 2008, e subsequente recuperação.
- O aumento do peso das exportações e o reequilíbrio da balança corrente foi a dimensão mais saliente da transformação estrutural da economia portuguesa nas últimas décadas.
- Avalia-se assim a importância da participação no comércio, medida pelo peso das exportações no PIB das regiões, para o crescimento e convergência das regiões NUTS III.
- As assimetrias entre regiões sugerem que deve avaliar-se o papel das receitas próprias das regiões na acomodação de choques idiossincráticos, nomeadamente na taxa de juro e na taxa de câmbio, e assim, no desempenho económico das regiões.

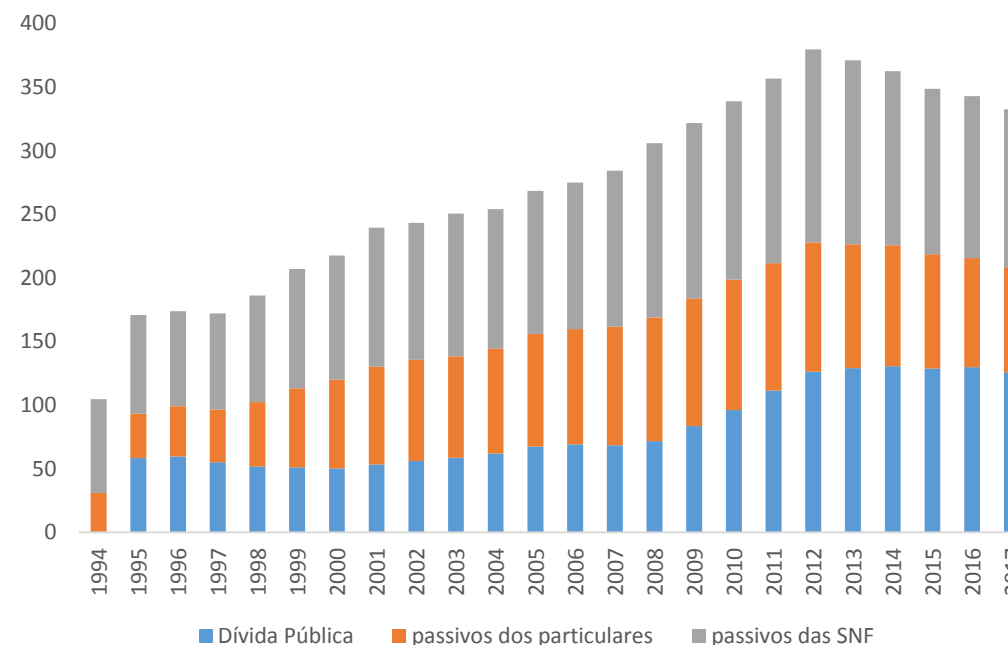
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Taxas de juro da dívida pública a 10 anos (%)



Fonte: Eurostat

Dívida pública e privada portuguesa, % PIB



Fonte: Banco de Portugal

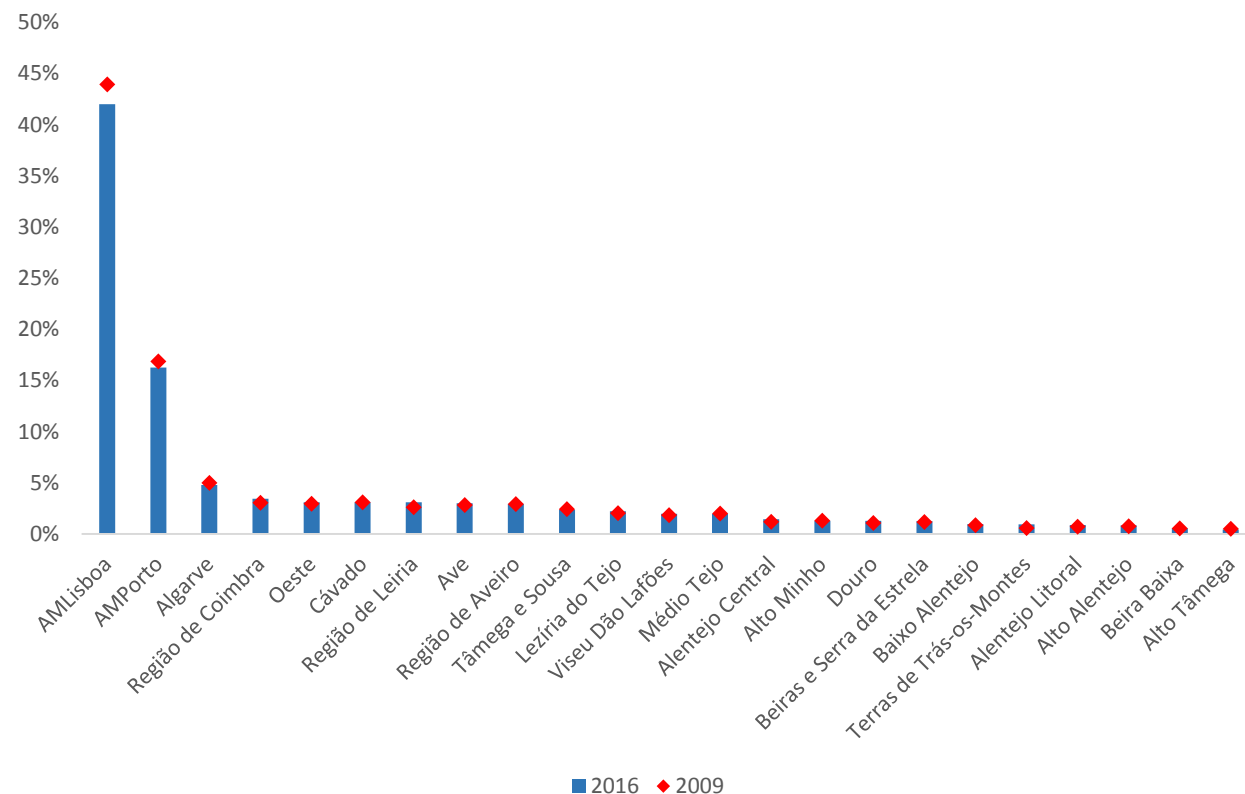
A crise da economia portuguesa foi uma crise da dívida.

Dívida pública e privada atingiu 380% do PIB, em 2012, uma das mais elevadas do mundo.

Nesse contexto, a economia fica muito exposta às variações das taxas de juro, que em grande medida são determinadas pelo Banco Central Europeu. O BCE tem como objetivo a estabilidade da Zona do Euro e não qualquer economia nacional, nem qualquer região de uma dada economia nacional.

5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Distribuição do endividamento das empresas e das famílias por regiões NUTS III, 2009 e 2016



Em 2016, a dívida das famílias e empresas representava 42% (44% em 2009) do crédito bancário total daqueles agentes.

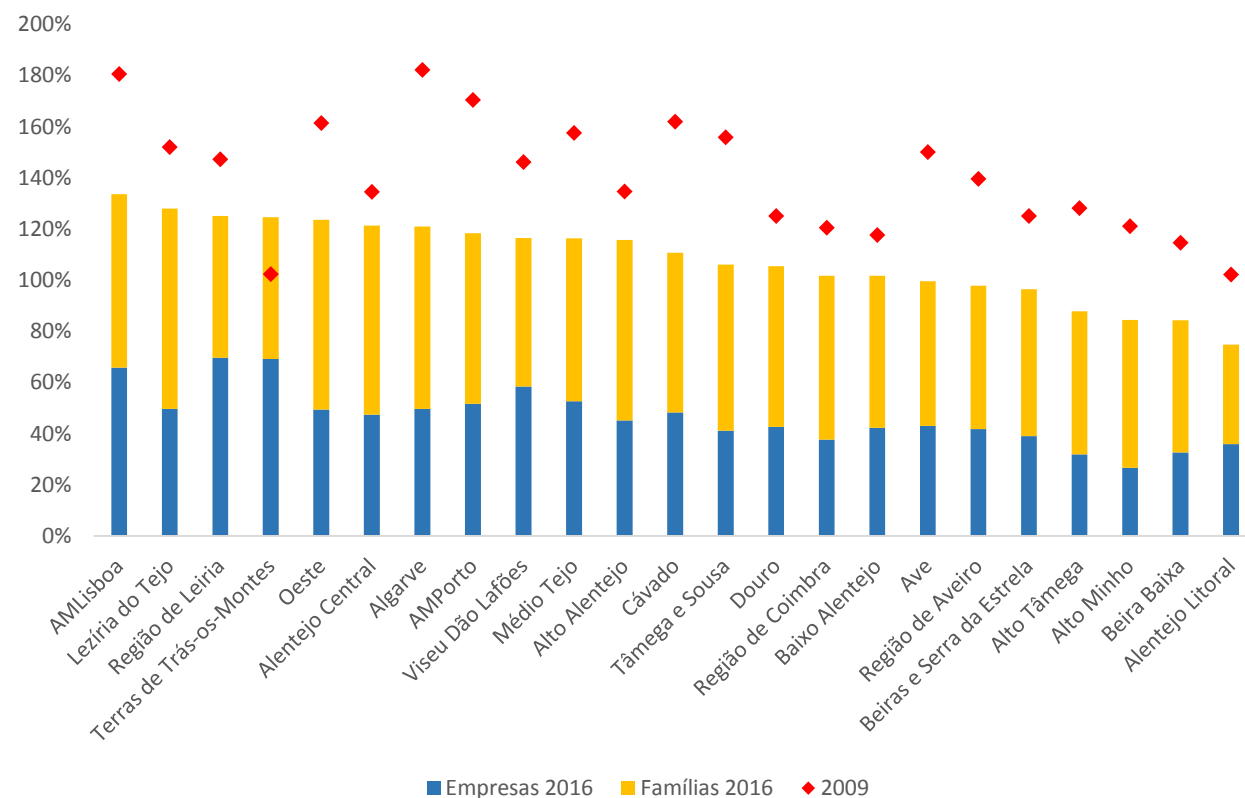
O crédito concentrou-se mais nas regiões em que o mercado da habitação era mais importante e onde os sectores não transacionáveis tinham maior peso.

Regiões com maior peso de PME's têm maior dificuldade no acesso ao crédito bancário.

Esta figura apresenta os dados do endividamento bancário das famílias e das empresas, tendo em conta a localização do devedor.

5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Rácio da dívida das empresas e das famílias em relação ao PIB das regiões NUTS III, 2009 e 2016



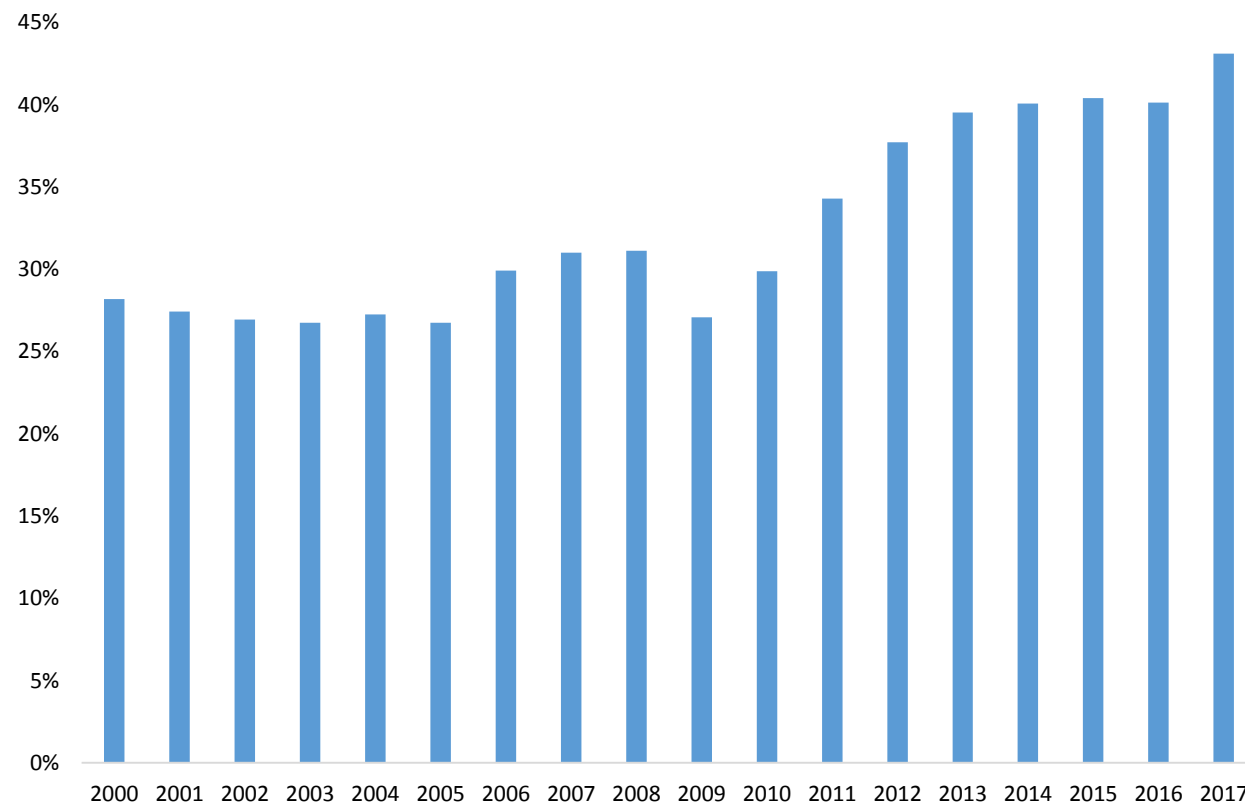
O impacto regional das alterações dos mercados financeiros, nomeadamente das taxas de juro, depende do peso do endividamento das famílias e das empresas no PIB das regiões.

Entre 2009 e 2016, registou-se uma redução significativa dos rácios da dívida, embora com variações entre as regiões (Terras de Trás-os-Montes foi a exceção, tendo registado um aumento).

Em 2016, a AM Lisboa continuava a ter o rácio mais elevado, 136% (181% em 2009). O Alentejo Litoral apresentava o rácio de dívida em relação ao PIB mais baixo, 75% (102% em 2009).

5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Peso das exportações no PIB (%)

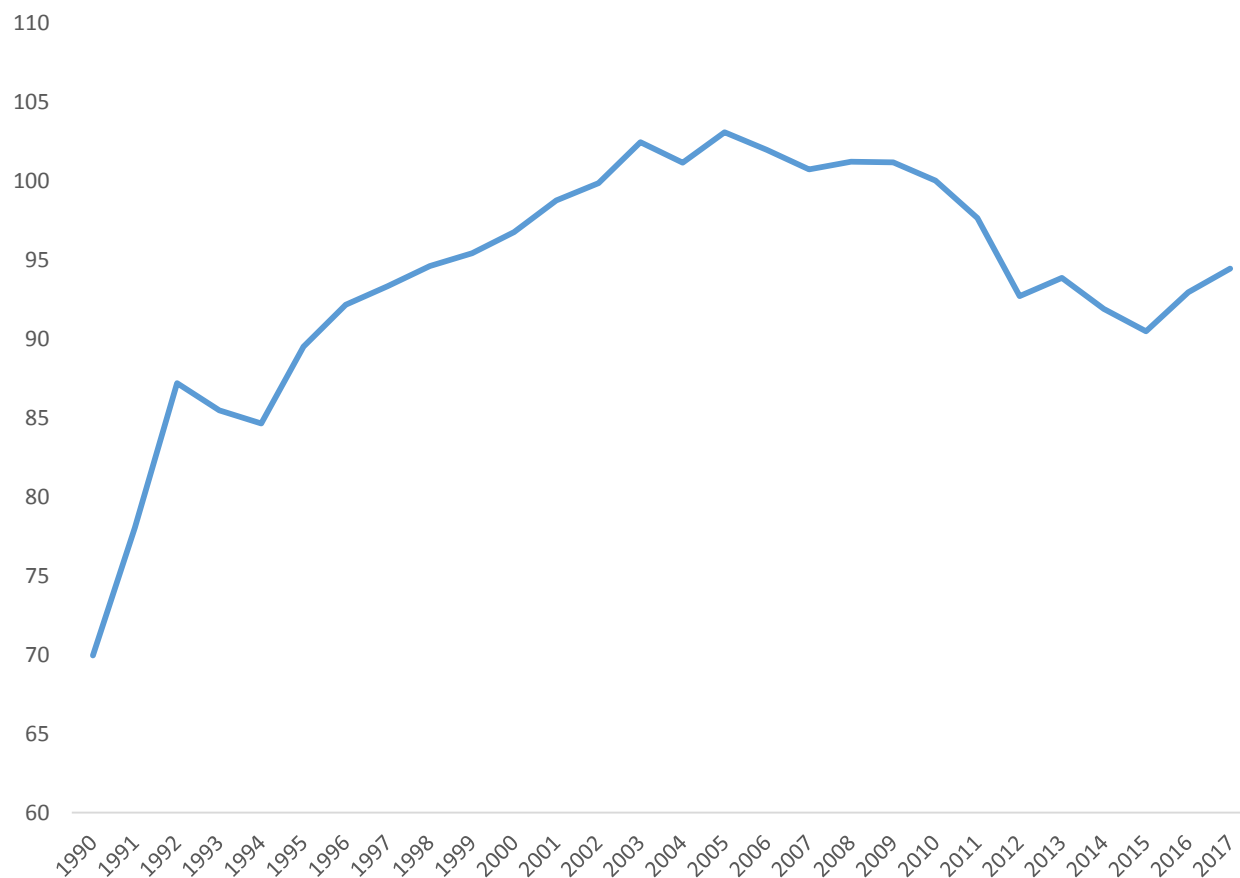


Numa economia muito endividada e em contração demográfica o crescimento económico deverá assentar no crescimento das exportações.

O aumento do peso das exportações no PIB português foi a mais importante alteração estrutural da economia portuguesa na última década.

5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Taxa de câmbio real efetiva, 2010=100



Fonte: AMECO, Comissão Europeia

Entre o início dos anos 90 e 2005 a taxa de câmbio efetiva registou uma forte apreciação, afetando negativamente a competitividade da economia portuguesa.

Entre 2010 e 2015, registou-se uma depreciação da taxa de câmbio de cerca de 11%, coincidindo com um forte crescimento das exportações portuguesas.

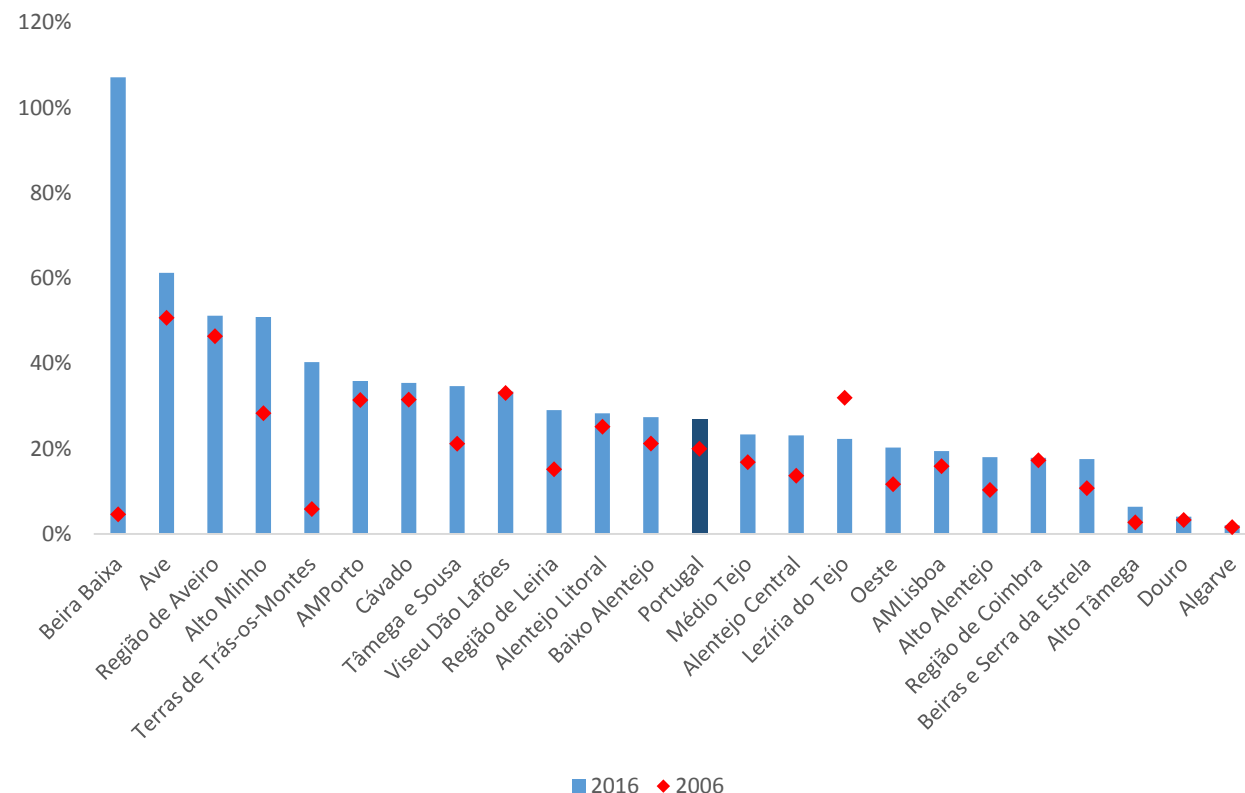
Nos últimos 2 anos a taxa de câmbio retomou uma trajetória de apreciação, o que poderá afetar negativamente a competitividade da economia e, em particular, dos sectores de baixa e média tecnologia.

Nota: a taxa de câmbio efetiva é um índice ponderado dos preços relativos internacionais (determinados pela taxa de inflação nacional e estrangeiras e pelas taxas de câmbio bilaterais), em que as ponderações refletem a relevância dos parceiros comerciais.

Na figura, um aumento do índice corresponde a uma apreciação, isto é, a uma perda de competitividade.

5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Peso das exportações no PIB, NUT III, 2008 e 2016



Fonte: AMECO, Comissão Europeia

Os efeitos da taxa de câmbio na economia serão tanto maiores quanto mais exposta a economia estiver à concorrência internacional.

Assim, os efeitos das variações da taxa de câmbio podem afetar as regiões de forma assimétrica porque estas podem ter diferentes graus de exposição ao comércio internacional.

Apenas na Lezíria do Tejo o peso das exportações no VAB da região diminuiu. Embora com variações entre elas, aumentou em todas as outras regiões.

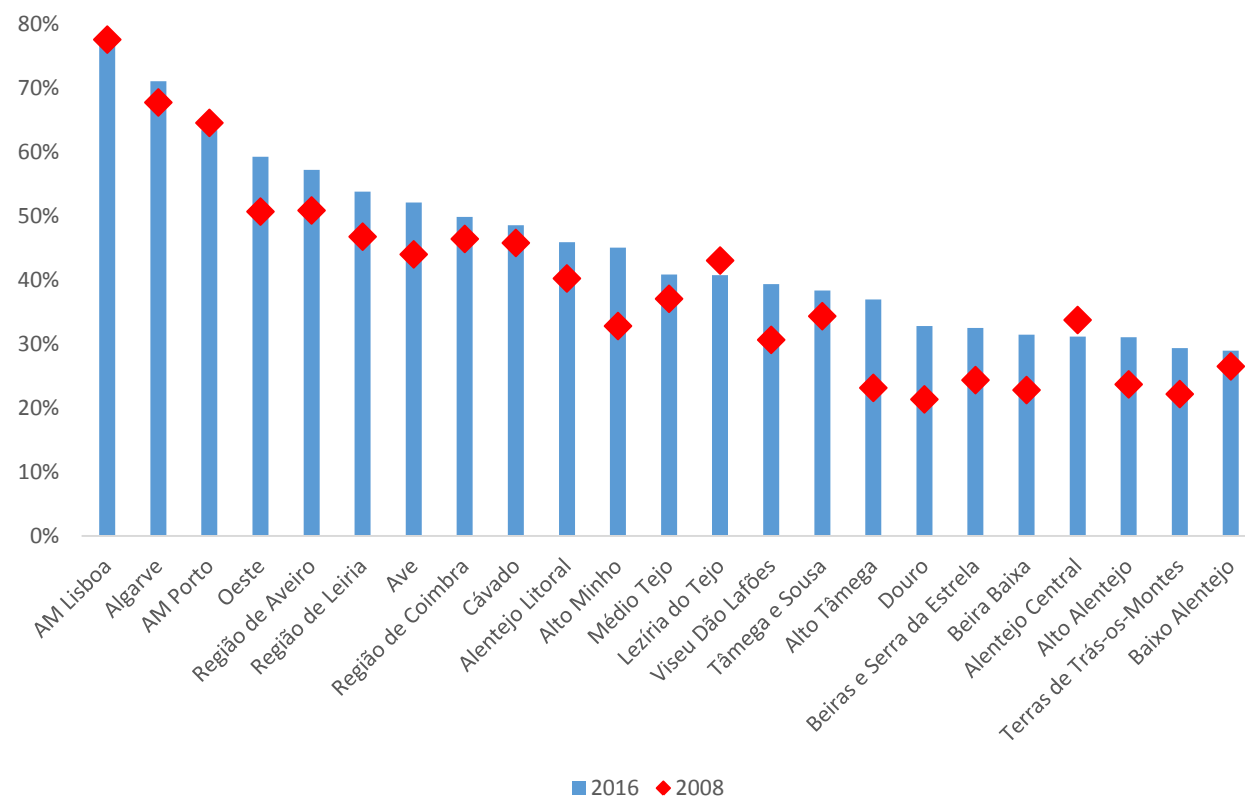
O grau de abertura ao comércio internacional é muito variável. As regiões da Beira Baixa (107%), Ave (61%), Aveiro (51%) e Alto Minho (51%) têm todas um peso das exportações no PIB superior a 50%.

Por outro lado, 8 regiões têm um peso das exportações no PIB igual ou inferior a 20%.

Nota: o peso das exportações no PIB da região é uma medida do grau de abertura da região ao comércio internacional.

5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Rácio das receitas próprias nas receitas totais, NUTS III, 2008 e 2016



Fonte: AMECO, Comissão Europeia

Vimos que as assimetrias no grau de abertura das regiões e no seu nível de endividamento, que medeiam os efeitos das variações da taxa de câmbio e das taxas de juro, podem estar na origem das diferenças regionais na atividade económica.

Também tínhamos visto que diferenças de especialização das regiões podem resultar em ciclos económicos regionais assíncronos.

A dessincronização dos ciclos económicos regionais requer medidas de política específicas que aumentem a resiliência das regiões a choques e que permitam implementar estratégias próprias de desenvolvimento.

Neste contexto, as receitas próprias dos municípios/regiões podem constituir um importante instrumento de política.

Nota: as receitas próprias dos municípios incluem: (1) vendas de bens e serviços; (2) receitas do IRS, até 5%, fixada pela autarquia; (3) derrama sobre os lucros até 1,5%; (4) receitas sobre o património e vendas de imobiliário; e (5) receitas sobre veículos.

5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Conclusões

- Os resultados dos modelos estimados corroboram a hipótese de que o endividamento foi uma restrição ao crescimento na última década.
- As regiões mais endividadas tiveram um pior desempenho no período 2008-2016.
- O efeito negativo do endividamento no crescimento económico das regiões foi aumentado pela deterioração das condições financeiras, medidas pela taxa de juro.
- Por outro lado, as regiões mais abertas ao exterior, com maior peso das exportações no PIB, cresceram mais e beneficiaram da depreciação da taxa de câmbio real efetiva nos anos da crise.

5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Conclusões

- Os resultados dos modelos estimados mostram que uma maior autonomia das regiões em termos de receitas próprias tem um efeito positivo, e significativo, no crescimento económico.
- Este resultado sugere que a disponibilidade ao nível local e regional de recursos que permitam amortecer choques nacionais e internacionais, bem como a possibilidade de definir e implementar estratégias de desenvolvimento regional, podem favorecer um melhor desempenho económico das regiões.
- A convergência regional observada no período 2008-2016 é explicada pelo menor crescimento das regiões mais endividadas (com PIB mais elevado), pelo maior crescimento das regiões mais exportadoras (com PIB menos elevado) e pela existência de receitas próprias para fazer face aos choques que afetam as regiões.

Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
- 6. Propostas de políticas públicas**

6. Propostas de políticas públicas

1. Aumentar as receitas próprias dos municípios

Os resultados deste estudo mostram que as receitas próprias dos municípios podem constituir um importante instrumento de política para o aumento da resiliência das regiões a choques externos e também para a implementação de estratégias regionais de desenvolvimento.

Propõem-se políticas que visem aumentar a descentralização orçamental em Portugal, via aumento das receitas próprias.

O aumento das receitas próprias requer a transferência da responsabilidade de receitas do Governo Central para a Administração Local, como sejam o aumento de impostos sobre o rendimento (IRC e IRS), compensados por reduções da coleta a nível central de forma a não aumentar a carga fiscal do país.

No âmbito do reforço das receitas próprias dos municípios urge atribuir a derrama municipal aos municípios que contribuem com os seus recursos para as atividades de empresas com sede noutros municípios, em particular em Lisboa.

6. Propostas de políticas públicas

2. Política regionais e competitividade

Os resultados deste estudo mostraram a importância das exportações como motor de crescimento das regiões e da economia nacional.

O crescimento da economia nacional, aproveitando o potencial das diferentes regiões, com fatores de competitividade específicos, **requer políticas direcionadas às condições específicas das diferentes regiões.**

As políticas direcionadas podem ser conduzidas nacionalmente e regionalmente. **O envolvimento das entidades locais, públicas e privadas, é essencial dada a necessidade de respostas rápidas às exigências dos mercados internacionais, que mudam de forma cada vez mais acelerada.**

6. Propostas de políticas públicas

2. Política regionais e competitividade

Entre as condições de competitividade das regiões a melhorar **destacam-se as dimensões da educação e da formação profissional.**

Na educação, é essencial corrigir as graves desigualdades que persistem entre regiões, e que põem em causa a igualdade de oportunidades dos cidadãos, no acesso e qualidade do pré-escolar e nas condições para o acesso ao ensino superior. Nesta dimensão ganha importância a qualidade do ensino, que se traduz nos resultados dos exames nacionais. **Os municípios devem ter uma maior capacidade de influenciar/controlar a qualidade do ensino.**

É também essencial dar recursos e condições aos municípios para promoverem a educação de adultos.

A oferta de ensino profissional nas escolas do sistema de ensino formal (Min. Educação) deve ser articulada com a oferta de ensino profissional oferecida pelos centros protocolados setoriais e com a oferta do IEFP. Devem ser estabelecidos canais de informação mais estreitos entre os serviços de emprego locais e o sistema sub-regional de ensino.

6. Propostas de políticas públicas

2. Política regionais e competitividade

Na formação profissional é necessário um envolvimento maior das entidades locais, públicas e privadas, incluindo das associações empresariais, de forma a dar aos centros de formação uma maior flexibilidade na oferta de formações com maior potencial para melhorar a competitividades das regiões e as condições de empregabilidade e salariais dos trabalhadores.

A oferta pública de formação profissional não deve estar concentrada apenas na formação de jovens e de desempregados, mas se também dirigida a ativos empregados em ocupações de baixa produtividade e baixos salários, com maior risco de automação.

Os serviços de emprego públicos deveriam ter maior autonomia a nível sub-regional, articulando a sua ação de acordo com o sistema regional de educação e formação (a criar e a desenvolver).

6. Propostas de políticas públicas

3. Promover uma distribuição geográfica mais equilibrada das empresas fornecedoras do Estado

A análise da distribuição geográfica das entidades públicas e das empresas fornecedoras do Estado mostra uma grande concentração na AM Lisboa.

Dada a importância dos serviços públicos nas economias locais, nomeadamente através das compras públicas, é essencial deslocalizar e/ou desconcentrar serviços da Administração Central, que são responsáveis pela maior fatia da despesa em bens e serviços.

6. Propostas de políticas públicas

3. Promover uma distribuição geográfica mais equilibrada das empresas fornecedoras do Estado

É também essencial rever o modelo de compras públicas, de forma a garantir maior igualdade entre empresas nacionais no fornecimento de bens e serviços ao Estado.

Devem ser avaliadas as barreiras à entrada de PME's no “mercado da contratação pública”, nomeadamente no acesso às plataformas de contratação pública.

Estas propostas são fortalecidas pela confirmação apresentada neste estudo de que **as entidades da Administração Local apresentam maior eficiência na aquisição de bens e serviços do que as entidades da Administração Central.**

6. Propostas de políticas públicas

3. Promover uma distribuição geográfica mais equilibrada das empresas fornecedoras do Estado

As entidades reguladoras deveriam estar situadas fora da capital, de forma a promover uma maior independência destas entidades face ao poder político e económico, promovendo dessa forma um melhor funcionamento dos mercados e uma maior competitividade da economia.

Elaborar plano a 10 anos para **a deslocalização de Lisboa para outras cidades de todas as entidades reguladoras.**

Esta medida deverá ser também aplicada a outras entidades como o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas ou a Provedoria de Justiça.

Qualquer nova instituição pública a ser criada deverá localizar-se fora de Lisboa. A localização na capital deverá ser suportada por um estudo.

6. Propostas de políticas públicas

4. Melhorar articulação entre entidades da Administração Central e Local

A importância da atração de IDE torna a AICEP uma instituição de grande importância para o desenvolvimento do país. É essencial que os projetos que procuram Portugal como destino possam localizar-se nas regiões que oferecem melhores condições de competitividade.

As regiões deveriam assim ter representantes num ‘Conselho das Regiões’ da AICEP de forma a garantir uma maior transparência e mais informação sobre as condições de competitividade da economia. E uma maior concorrência entre as regiões por esse tipo de investimento.

Poderiam ser definidos valores mínimos para o investimento e postos de trabalho que passariam por aquele órgão com representantes regionais.

Reforçar a articulação entre AICEP e as agências de investimento local, como a ***InvestPorto*** e a ***InvestBraga***.

6. Propostas de políticas públicas

5. Desenvolver o mercado de capitais nas regiões exportadoras

As conclusões deste trabalho sobre a importância do endividamento no desempenho económico das regiões, reflete uma dimensão mais geral da **importância das condições de financiamento da economia, em particular do financiamento do investimento das empresas.**

É necessário acautelar as condições de financiamento das regiões, em particular das regiões com mais vocação exportadora, que mostraram ser na última década o motor da economia nacional, e que têm mais dificuldade em aceder aos mercados de capitais.

Neste contexto podem ser relevantes instituições como o **IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.**